



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ALTOS ESTUDOS E AVALIAÇÃO TECNOLÓGICA		
EVENTO: Fórum	Nº: 0974/09	DATA: 07/07/2009
INÍCIO: 09h33min	TÉRMINO: 13h36min	DURAÇÃO: 04h01min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 04h01min	PÁGINAS: 77	QUARTOS: 49

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MICHEL TEMER – Deputado Federal e Presidente da Câmara dos Deputados.
SÉRGIO REZENDE – Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia.
JOSÉ PIMENTEL – Ministro de Estado da Previdência Social.
HENRIQUE PAIM – Ministro de Estado Interino da Educação.
ANDRÉ FIGUEIREDO – Representante do Ministro do Trabalho e Emprego.
PAULO CÉSAR PEREIRA – Reitor e Presidente do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.
GETÚLIO MARQUES – Representante da Secretaria de Tecnologia do Ministério da Educação.
NATÁLIA GEDANKEN – Diretora do Departamento de Assuntos Regionais da Área de Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia.
FÁTIMA ROSA – Coordenadora de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego.

SUMÁRIO: Fórum: “Extensão Tecnológica dos Institutos Federais”.

OBSERVAÇÕES

Fórum promovido pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Educação, com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.



A SRA. APRESENTADORA - Senhoras e senhores, bom dia.

Inicia-se a solenidade de abertura do Fórum Extensão Tecnológica dos Institutos Federais. O evento é promovido pelo Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o Ministério da Educação, com o Ministério do Trabalho e Emprego e com o Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Este fórum objetiva sedimentar as bases para a execução de uma sólida política de educação tecnológica e profissionalizante. Por fim, também pretende discutir as condições necessárias para a multiplicação de iniciativas que incentivem o processo de transferência tecnológica para camadas cada vez maiores da população brasileira.

Convidamos para compor a Mesa o Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer (*palmas*); o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Previdência Social, José Pimentel (*palmas*); o Exmo. Sr. Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende (*palmas*); o Exmo. Sr. Ministro de Estado interino da Educação, José Henrique Paim Fernandes (*palmas*); o Exmo. Sr. representante do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Secretário Executivo André Figueiredo (*palmas*); o Exmo. Sr. Deputado Ariosto Holanda (*palmas*); o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, Deputado Eduardo Gomes (*palmas*); e o Magnífico Reitor do Instituto Federal de Goiás e Presidente do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, Paulo César Pereira. (*Palmas.*)

Neste momento, convidamos o Exmo. Sr. Deputado Ariosto Holanda, Coordenador deste evento, a fazer uma breve apresentação sobre a importância deste fórum.

O SR. DEPUTADO ARIOSTO HOLANDA - Meu bom dia a todos. Sejam bem-vindos.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Exmo. Sr. Ministro da Ciência e Tecnologia, Prof. Sergio Rezende; Exmo. Sr. Ministro Interino da Educação, Prof. Henrique Paim; Sr. Secretário Executivo do



Ministério do Trabalho e Emprego, Dr. André Figueiredo; Sr. Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Deputado Eduardo Gomes; Sr. Presidente da Comissão de Educação, neste ato representado pela Deputada Alice Portugal; Sr. Presidente do Conselho dos Institutos Federais, Reitor Paulo César, gostaria de estender minha saudação a todos os Deputados aqui presentes, aos reitores dos institutos, pró-reitores, diretores, dirigentes dos Centros Vocacionais Tecnológicos, dirigentes do CENTEC, professores, secretários, enfim, a todos que vieram prestigiar este evento.

Sr. Presidente, indicado que fui pelo Conselho de Altos Estudos para coordenar este seminário, percebo neste momento a necessidade de fazer a sua contextualização, melhor dizendo, de falar sobre as razões deste encontro.

Este fórum tem como objetivo principal discutir as ações que venham resgatar e fortalecer a extensão tecnológica do País, a partir da rede formada pelos institutos federais de ensino técnico e tecnológico.

O que nos motivou a promover esta discussão foi, principalmente, o trabalho do Conselho de Altos Estudos, que todos receberam e que tratou da capacitação tecnológica da população. Esse trabalho revela números preocupantes.

Para que tenham uma idéia, pesquisa realizada pelo IBOPE em 2003 e publicada pelo Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional — INAF identificou que a população da faixa etária de 15 a 64 anos era constituída por 115 milhões de brasileiros — atentem para este número: 115 milhões de brasileiros —, com os seguintes graus de instrução: 10 milhões eram analfabetos, não sabiam ler nem escrever; 35 milhões mal escreviam o próprio nome, e 40 milhões conseguiam ler, mas não sabiam interpretar um texto. Estávamos, portanto, diante de 85 milhões de analfabetos funcionais, ou seja, pessoas que não entrariam no novo mercado de trabalho, que exigia conhecimento. Daquele universo de 115 milhões, portanto, somente 30 milhões estariam aptos a entrar nesse mercado de trabalho.

Veio, então, o desafio: o que fazer com essa população que, na sua maioria, não tem mais tempo de ir para uma escola formal, porque precisa trabalhar. Entendeu o Conselho que a extensão seria o mecanismo mais ágil e flexível de levar o conhecimento a essa população. Só com a extensão poderíamos atingir essa população.



E o que é extensão? Em minha visão de professor universitário, que fui, extensão é uma forma de transferir para a população todos os conhecimentos gerados em nossas universidades e institutos por meio de traduzi-los para uma linguagem que o povo entenda. Assim se faz a extensão e se transfere esse conhecimento.

Lembro-me muito bem de quando trabalhei como extensionista. Chegava ao interior e ouvia perguntas como: *Professor, o que eu faço com minha farinha, que está mofando? O que eu faço com meu tomate, que está apodrecendo? Por que meu solo não produz mais?* Muitas vezes com um ato de extensão se consegue resolver um problema localizado.

Mas o verdadeiro desafio é saber quem seriam os extensionistas. A universidade sempre teve o papel de promover ensino, pesquisa e extensão, mas ela não se interiorizou. A resposta, nós a encontramos na sábia decisão do Presidente Lula, que autorizou que fosse praticamente triplicado o número dos centros de ensino técnico e tecnológico, de modo que, até 2010, se fizessem presentes em 350 municípios. (*Palmas.*) Este foi, para mim, o grande lance: fazer os CEFETs, as antigas escolas técnicas federais estarem presentes em 350 municípios. Essas escolas podem interagir com os meios mais carentes de educação.

Pois bem, esses centros, que são organizados na forma de institutos e que hoje somam 38, têm em sua direção reitores, pró-reitores, diretores, coordenadores e um corpo de professores extremamente qualificado. Essas instituições ágeis, flexíveis, competentes, comprometidas com a missão de capacitar as pessoas para o trabalho tiveram sua origem nas antigas escolas técnicas federais. São essas instituições que poderão assumir a nova missão da extensão tecnológica. Se interagirem com o meio, levando conhecimento, informação e assistência técnica aos trabalhadores, aos microempresários e aos pequenos negócios, os institutos federais poderão mudar esse quadro de analfabetismo tecnológico no País.

Dados recentes do IPEA — isso também é relevante — e do SEBRAE mostram que a alta mortalidade das microempresas decorre sobretudo da falta de inovação. E elas não conseguem inovar porque estão distantes das instituições que detêm o saber: as universidades, os institutos e as escolas. Agora elas vão ter a



oportunidade de se aproximar dessas instituições. A Coréia, sabiamente, implantou esses centros em quase todo o país. Eles funcionavam até como centros de saúde, vamos dizer assim. O microempresário tinha um problema, ia ao centro e resolvia o seu problema.

Ao visualizar esse quadro e a oportunidade de realizar via institutos federais as ações de extensão, levamos a proposta ao Ministério da Ciência e Tecnologia, ao Ministério da Educação e ao Ministério do Trabalho. Também o levamos ao conselho nacional dos institutos federais, recebendo da parte deles não só o apoio, mas o incentivo, manifestado pelos seus respectivos secretários, Joe Valle, Eliezer e Ezequiel, e também pelo Reitor Paulo César, Presidente do CONIF.

Posteriormente — de propósito deixei para falar agora do nosso Ministro Pimentel —, contatamos o Ministro Pimentel, porque enxergamos o seu novo programa, o Microempreendedor Individual — MEI, que consideramos revolucionário. Os institutos poderão ser os grandes agentes desse programa para fortalecer esses microempreendedores individuais. Eles têm a oportunidade de consolidar as ações de assistência às microempresas.

Finalmente, eu gostaria de registrar os nossos agradecimentos ao Presidente do Conselho de Altos Estudos, Deputado Inocêncio Oliveira, pelo seu incentivo e entusiasmo, como também a toda a nossa equipe do Conselho de Altos Estudos. Agradeço também ao nosso Presidente Michel Temer, que, entendendo a importância do tema, deu-nos todo o apoio, disponibilizando não só os meios de comunicação da Câmara, mas a estrutura da Casa para o êxito deste evento. S.Exa. nos autorizou a divulgar essas publicações que os senhores estão recebendo. Aqui está a publicação do diagnóstico do Conselho e também a publicação *Capacitação Tecnológica da População*, em que estão os projetos detalhados dos centros de inclusão digital e das nossas usinas de biodiesel, que também poderia ser um grande trabalho de extensão. Os senhores também estão recebendo a publicação, aqui apresentada pelo nosso Presidente, *Centro Vocacional Tecnológico — A Extensão do Saber a Serviço da População*.

Quero também agradecer a todos os senhores que vieram de outros Estados prestigiar este nosso fórum. Em nome do Conselho, nosso muito obrigado.



Mas, Sr. Presidente — V.Exa. sabe que Deputado tem que pedir —, quero me dirigir a V.Exa. para dizer que o Conselho, quando publicou *Capacitação Tecnológica da População*, fez a indicação da extensão, mas também encaminhou o Projeto de Lei nº 7.394/06, que está assinado por todos os membros e que se encontra nessa publicação. O projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia e pela Comissão de Educação e agora está na Comissão de Finanças e Tributação.

Esse projeto, se aprovado, criará um fundo que vai proporcionar recursos, que espero sejam gerenciados pelo Conselho, para as bolsas de extensão. Eu diria que neste momento existe a boa vontade, o interesse de todos os institutos de trabalharem na extensão, principalmente aqueles que vão lá na ponta, nos distritos, como é o caso do projeto dos Centros de Inclusão Digital, que estão nos distritos dos municípios.

Mas nós precisamos de um grande programa de bolsas de extensão. Com certeza, esse programa de bolsa de extensão iria proporcionar a alavancagem desse grande programa, como eu disse, que vamos resgatar. Não sei se os senhores se recordam de que, quando acabaram com a EMATER, acabaram com as ações de extensão.

Este é o momento, Sr. Presidente, de darmos esse grande salto de qualidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Compõe a Mesa a Sra. Vice-Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputada Alice Portugal.

Neste momento, fará uso da palavra o Exmo. Sr. Deputado Michel Temer.

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (Michel Temer) - A primeira coisa que quero é deferir o pedido do Deputado Ariosto Holanda. Ou seja, daremos prioridade absoluta ao Projeto de Lei nº 7.394/06. (*Palmas.*) Acho até que, a essa altura, a minha fala fica inteiramente dispensável, porque S.Exa. já disse o que era fundamental.

Srs. Ministros, vou tomar a liberdade de fazer como se faz em Portugal. Em Portugal, quando alguém já nomina a todos os membros da Mesa, o segundo a falar fica dispensado dessa nominata.



De modo que eu quero saudar a todos, cumprimentar as autoridades que estão à Mesa e, naturalmente, todas as autoridades que estão no auditório, inclusive a todos os colegas Deputados que aqui vejo.

Quero dizer aos senhores aquilo que é óbvio. Eu ouvia o Deputado Ariosto Holanda e verifiquei a significação, a importância desse ato. Quando se fala em extensão, o que se pretende é estender, ou seja, estender no campo do saber. É curioso que se trata de estender conhecimento no nível intermediário do ensino.

Nós, ao longo do tempo, aqui no Brasil, privilegiamos muitíssimo o ensino superior, que foi uma coisa útil para o País, não tenho dúvida disso. Criaram-se inúmeras, inúmeras para não dizer centenas de faculdades de nível superior, o que gera naturalmente um problema seriíssimo no campo de trabalho.

Basta dizer aos senhores e as senhoras que um dia eu fui fazer uma palestra, Srs. Ministros, Srs. Deputados, pela manhã, numa universidade, e lá me disseram: *“Aqui nós colocamos 15 mil bacharéis no mercado”*. Fui à noite em outra universidade, e lá me disseram: *“Aqui nós colocamos 25 mil bacharéis no mercado de trabalho”*. Ora, para se ter campo de trabalho para todo esse pessoal de nível superior é complicado, não é fácil. E sempre se esqueceu um pouco dos níveis intermediários no ensino, que é precisamente esse campo tecnológico.

Quando eu vejo o Deputado Ariosto Holanda mencionar a hipótese de pequenos empresários que não vão adiante por falta de saber a respeito da sua atuação, eu vejo como é importante esse nível intermediário de ensino. Curiosamente, são exatamente as instituições superior que conseguem, por força daquilo que se chama extensão, estender conhecimentos para esses níveis intermediários, que são fundamentais para o País. Portanto, o ensino tecnológico é fundamental para o desenvolvimento do País e para acolher, dar guarida a todos aqueles que, individual ou coletivamente, queiram trabalhar nos mais variados campos.

Por isso, Deputados Ariosto Holanda, Eduardo Gomes; Ministros Sergio Machado Rezende, José Pimentel; Ministro interino José Henrique Paim Fernandes; Secretário Executivo André Figueiredo; Presidente do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, função importantíssima neste evento, Prof. Paulo César Pereira; Deputada Alice Portugal,



da Comissão de Educação, colegas Deputados que estão aqui — Betinho Rosado, Lelo Coimbra, Zenaldo Coutinho —, senhoras e senhores, daí a importância deste fato.

Quando o Deputado Ariosto Holanda disse que o Presidente da Câmara dos Deputados resolveu prestigiar essa iniciativa, quase que intuitivamente tinha a significação da importância desse prestigiamiento. Quando vejo agora o País inteiro vindo à Câmara dos Deputados, não posso deixar de dizer e pedir a todos aqueles que estão aqui que voltam para seus Estados e que são naturalmente formadores de opinião que formem opinião, Deputado Pedro Wilson, aí fora da importância do Poder Legislativo.

O Poder Legislativo é fundamental para o País, para o desenvolvimento, para as liberdades democráticas, porque é aqui que o povo vem — o povo nas suas mais variadas acepções sociológicas. O povo vem para pleitear, para dizer, para colaborar. Muitas e muitas vezes, quando se diz aqui que o processo legislativo é lento, eu digo: *Interessante, graças a Deus é assim, porque isso significa a participação de todos*. Não fossem as Comissões variadas, pelas quais passam projetos de lei, não fossem as audiências públicas — que sei que o Conselho de Altos Estudos faz com muita frequência, e as Comissões igualmente o fazem —, os projetos não sairiam aperfeiçoados. Se fosse para exigir rapidez, iríamos eliminando todas as leis e manteríamos a medida provisória, que se edita de um dia para o outro.

Quero cumprimentar o Presidente do Conselho de Altos Estudos, Deputado Inocêncio Oliveira; o Deputado Ariosto Holanda, que, com essa iniciativa, foi capaz de reunir aqui personalidades do Poder Executivo, todos aqueles que têm assento a esta Mesa e aqueles que estão aqui no auditório, portanto personalidades dos centros federais de formação e extensão, professores das universidades que vêm ao Poder Legislativo para dizer que querem prestigiar esta iniciativa do Poder Legislativo e do Poder Executivo, com vistas ao desenvolvimento do País.

Meus cumprimentos a todos e, naturalmente, muito sucesso neste encontro.
(*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro de Estado Sergio Machado Rezende.



O SR. MINISTRO SERGIO REZENDE - Muito bom dia a todos.

Quero cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Michel Temer; o Ministro José Pimentel, o Ministro Henrique Paim; o Deputado Ariosto Holanda, a quem parabeno por mais esta iniciativa em prol do extensionismo, da ciência e tecnologia; o Secretário André Figueiredo; o Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; a Vice-Presidenta Alice Portugal, e todos os Parlamentares aqui presentes.

Quero cumprimentar também todos os reitores e dirigentes dos novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dizer da enorme satisfação de estar participando de um evento desta importância, desta dimensão.

Antes de falar sobre ele um pouco, não posso deixar de cumprimentar esta Casa, na pessoa do Presidente Michel Temer, da Mesa Diretora, pela histórica decisão — dizia isso a S.Exa. um pouco antes de entrarmos aqui —, tomada no mês de abril, de fazer a Câmara dos Deputados votar e funcionar. Recebi dele a informação de que, nos meses de maio e junho, foram votados mais de 90 projetos de leis. No total, no período, foram votados 93 projetos de leis. Certamente essa decisão firme e corajosa da Mesa Diretora contou com o apoio de toda a Câmara, que está contribuindo muito para a normalidade institucional e democrática do País.

Sobre o extensionismo, a ciência e tecnologia, o Deputado Ariosto Holanda é conhecido como sendo um campeão dessa área. Quando foi Secretário do Trabalho e depois Secretário de Ciência e Tecnologia no Estado do Ceará, o Deputado Ariosto criou exatamente os Centros Vocacionais Tecnológicos, que lá funcionam da forma como S.Exa. prega. Todos eles têm laboratórios, têm quase que a estrutura de uma escola técnica, de um CEFET, mas têm o papel primordial de capacitar a população. A importância desse esforço de capacitação só vem sendo compreendido pelas entidades que puderam participar desse trabalho nos últimos anos.

Na verdade, eu tenho dito com muita frequência que toda essa questão de ciência e tecnologia é muito nova no Brasil. Nós só começamos a formar mestres e doutores há 40 anos. Até 1965, 1966, o Brasil não tinha um programa de mestrado e de doutorado. Começamos a formar mestres e doutores, começamos a criar os programas de pós-graduação. Em 1987, portanto há 20 anos, o País formou um total



de 5 mil mestres e doutores. Agora, em 2008, o número chegou a 50 mil. Nós multiplicamos por 10, num período de 20 anos, a formação de mestres e doutores, cuja grande maioria vão se tornar pesquisadores.

Ora, se a ciência e a tecnologia são novas na universidade, elas são muito mais novas nas empresas. Não há realmente uma cultura nas empresas. As grandes empresas multinacionais têm a cultura de fazer pesquisa nas suas matrizes, mas não aqui no Brasil. As grandes empresas nacionais só estão despertando para isso nos últimos anos. É lógico que há exceções, principalmente nas empresas estatais, como a grande EMBRAPA, a PETROBRAS e a EMBRAER, que era estatal e que, com a cultura de inovação, desenvolveu aviões — eventualmente foi privatizada, mas tem a cultura da inovação. A maioria das empresas brasileiras não têm essa cultura. E como disse o Deputado Ariosto Holanda, o mais grave ainda é que uma grande parte da nossa população é formada de analfabetos funcionais.

Agora esse quadro está mudando. As universidades percebem isso claramente, cada vez mais. É lógico que há sempre aqueles radicais conservadores, puristas como os chamamos, que dizem que a universidade tem que estar lá para produzir o saber e formar recursos humanos.

No Brasil, a universidade tem muito mais responsabilidade do que tem nos outros países desenvolvidos. Ela tem exatamente a responsabilidade de fazer com que a ciência e a tecnologia, a cultura da inovação chegue às empresas. E ela tem também a responsabilidade, como disse o Deputado Ariosto Holanda, de contribuir para a capacitação da população.

O Ministério da Ciência e Tecnologia, desde o ano de 2003, saiu, digamos assim, dessa torre de marfim, porque, até então, o Ministério tinha uma ação que era voltada para as universidades e para os centros de pesquisa. A partir de 2003, foi criada a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social. O nosso Secretário, Joe Valle, estará aqui participando ativamente dos trabalhos.

Por inspiração do Deputado, o MCT implantou um programa de CVTs (Centros Vocacionais Tecnológicos). Muitos Parlamentares conhecem os CVTs, muitos Parlamentares têm colocado emendas individuais e de bancadas no Ministério da Ciência e Tecnologia para fazer CVTs na sua localidade. E esses CVTs vêm ocupar um espaço enorme e vazio no Brasil, porque estamos



aumentando muito o número de universidades federais. Vamos aumentar tremendamente, como foi dito aqui, o número de escolas técnicas, de institutos federais. De qualquer maneira, eles estarão restritos a cerca de 500 municípios do País — 350 com institutos e 150 com universidades.

E quanto aos outros quase 5 mil municípios brasileiros? Eles podem ser atendidos pelos Centros Vocacionais Tecnológicos, que dão uma capacitação não tão formal nem tão longa quanto a das escolas técnicas e das universidades, mas é prática, objetiva e tende a fazer com que o trabalhador esteja capacitado a trabalhar numa área específica de interesse daquela região.

Os CVTs estão se multiplicando no Brasil. O Ministério da Ciência e Tecnologia tem um programa de implantação, parte com recursos do seu orçamento próprio, parte com recursos das emendas que têm sido liberadas sem maiores dificuldades. Estamos avançando muito nesse direção.

Naturalmente, esses CVTs que têm o apoio do nosso Ministério e de outras entidades para serem implantados precisam de sustentabilidade. E a sustentabilidade depende muito de instituições como os institutos federais, como universidades que no local fornecem professores para que os CVTs possam desempenhar esse seu papel de capacitação. Nesse sentido, existem as bolsas de extensionismo, voltadas principalmente para estudantes das universidades e dos institutos federais, que, durante o seu curso de graduação, mestrado e doutorado, vão contribuir nesse processo de extensionismo. Essas bolsas, na verdade, já existem em pequeno número no CNPq — são cerca de 3 mil.

Um projeto de lei que venha institucionalizar e dar consistência a essas bolsas é muito bem-vindo. Agora, eu não posso deixar de fazer uma pequena consideração sobre a questão do financiamento dessas bolsas. É muito importante que encontremos recursos substanciais e crescentes para o financiamento das bolsas de extensionismo.

Agora, nós do MCT temos uma preocupação em criar uma vinculação percentual do Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT para essas bolsas. E a razão é simples. Esta Casa sabe muito bem que há 10 anos a situação dos recursos federais para a ciência e tecnologia estava quase calamitosa. O FNDCT, que era a grande fonte de recurso, estava esvaziado. Então,



o Congresso Nacional aprovou vários projetos de lei, criando os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Eles são ao todo 14 e realmente representaram um passo importantíssimo para termos recursos para a ciência e tecnologia. Eles provêm fundamentalmente de recursos da União, mas são recursos de determinadas áreas. Por exemplo, quase metade do global dos fundos vem dos *royalties* do petróleo. Ora, se o Brasil está descobrindo e explorando novas fontes de petróleo e se essa é uma riqueza do País e da União, nada mais justo do que usar parte dos *royalties* — aliás é muito pequeno, apenas 0,25% — para fazer o fundo do petróleo. O fundo de energia também é feito de uma certa maneira. Esses recursos, ao contrário do que de vez em quando se diz, não são retirados das empresas. Apenas 5% a 10% dos fundos setoriais são recursos da chamada CIDE. O resto vem de recursos da União.

Pois bem, os fundos setoriais representaram um grande avanço, mas com uma dificuldade. Como eles são setoriais e somente 14, não foi possível ter uma política de ciência e tecnologia abrangente, porque certos setores não têm fundos setoriais e certos setores, por terem um fundo setorial enorme, acabam até tendo dificuldades em usar os recursos.

Então, esta Casa aprovou, há 2 anos, a lei de regulamentação do FNDCT. Essa lei faz com que todos os fundos setoriais sejam colocados no grande Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Esse foi o avanço. Nós passamos a ficar com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que permite fazer uma ação muito abrangente.

Para concluir quero dizer que, se nós agora passarmos a pagar um percentual do FNDCT para isso, por mais importante que seja, um percentual para aquilo ou aquilo, nós vamos acabar voltando à situação anterior: a setorialização do FNDCT.

De modo que eu não poderia deixar de fazer a manifestação, Deputado Ariosto Holanda, Presidente Michel Temer, de que realmente achamos que a institucionalização das bolsas de extensão e a obtenção de recursos financeiros para ela são muito importantes para o desenvolvimento do Brasil como um todo, para nós capacitarmos a população e o microempresário. Mas apelo para que não seja desvinculado o recurso específico do FNDCT para essa finalidade.



Desejo a todos um ótimo seminário nesses próximos dias. Quero ainda dizer que o Ministério da Ciência e Tecnologia está sintonizado com os objetivos do extensionismo, dos institutos federais. Nós já estamos trabalhando juntos com muitos institutos federais e queremos ampliar, e muito, esse trabalho conjunto.

Muito obrigado, e bom dia a todos. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Agradecemos a presença ao Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social, Sr. Valdir Moysés Simão.

Neste momento, o Ministro Sergio Rezende e o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, devem ausentar-se em virtude de compromissos previamente agendados. (*Pausa.*)

Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro de Estado José Pimentel.

O SR. MINISTRO JOSÉ PIMENTEL - Bom dia a todos.

Quero saudar o nosso Presidente Michel Temer, que termina de sair. Sabemos que nas 2 semanas seguintes, próximas ao recesso, haverá muito trabalho nesta Casa. Portanto, é perfeitamente compreensível a saída de S.Exa.

Quero dar um forte abraço no Deputado Ariosto Holanda, o nosso Coordenador do Fórum e, em seu nome, saudar todos os Deputados e Deputadas que compõem esta Casa. Quero dar um forte abraço nos meus amigos e Ministros Sergio Rezende, Henrique Paim e André Figueiredo, que integram a nossa Mesa representando o Poder Executivo. Quero dar um forte abraço também no Deputado Eduardo Gomes, nosso companheiro de caminhada, pois trabalhamos muito na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização — agora S.Exa. está na Comissão de Ciência e Tecnologia —, e na nossa companheira e Deputada Alice Portugal, que exerce a Vice-Presidência da Comissão de Educação. Quero dar um forte abraço no Prof. Paulo César Pereira, Presidente do Conselho dos IFETs. Saúdo o Sr. Valdir Moysés Simão, Presidente do INSS e a nossa imprensa, em nome do jornal *O Povo*, desse grupo de comunicação do nosso Estado do Ceará, que está aqui presente. Quero dar um forte abraço no Reitor Cláudio Ricardo, do IFET do Ceará e, em seu nome, saudar todos os que estão presentes neste fórum.

Começo registrando que o Congresso Nacional aprovou, em dezembro de 2008, a Lei Complementar nº 128, criando o empreendedor individual. É algo abrange em torno de 11 milhões de pessoas, homens e mulheres que têm pequenos



negócios, feirantes, pedreiros, eletricitas, encanadores, pipoqueiros, borracheiros, manicures, doceiros, costureiras, esse conjunto de homens e mulheres que estão na informalidade, que têm renda e faturamento de até 36 mil reais por ano.

Nós vamos precisar, e muito, dos IFETs, dos CEFETs de ontem e das escolas técnicas de outro dia para que nos ajudem na formalização, na capacitação e no empreendedorismo desse conjunto de homens e mulheres que, a partir de julho deste ano, desde o dia 1º de julho, estão-se formalizando com um sistema muito simples, com um único CNPJ valendo para o Município, o Estado e a União. Não há qualquer tarifa para esse CNPJ. Eles, ao se formalizarem, recebem um alvará provisório de até 2 anos. Nesse período, os Municípios e os Estados membros deverão transformar, em definitivo, esse alvará de funcionamento — não há imposto para o Governo Federal. Temos uma forte parceria com o Conselho Federal de Contabilidade, com a FENACON, com os 420 mil contabilistas e contadores do Brasil, que são nossos parceiros nesse processo de formalização.

Os cadastrados contribuirão com 1 real por mês, a título de ICMS, para a indústria e o comércio, a fim de que os Estados possam manter o seu cadastro. Caso sejam do setor de serviços, contribuirão com 5 reais, a título de ISS, e têm direito a aposentadoria por idade, auxílio-saúde, salário-maternidade, pensão por morte, auxílio-reclusão. Para ter tudo isso, contribuirão com 11% sobre o salário mínimo, que representa hoje 51 reais e 15 centavos.

Esse público tem muita vontade de crescer. Esses cidadãos sabem que, para crescer, precisam se formalizar, porque, na informalidade, eles sabem que poderão sofrer uma ação do Fisco ou uma ação trabalhista e perdem todo o seu patrimônio. Eles querem ter acesso ao crédito. Hoje têm acesso ao crédito como pessoa física e pagam juros no cheque especial — eu sei que os Deputados usam pouco cheque especial; basta ver a conta de cada um, está sempre no vermelho (*risos*) —, cujos juros estão entre 8% e 10% ao mês. Como pessoa jurídica, esse juro cai para algo em torno de 2% ao mês, reduz bastante.

O Congresso Nacional está criando o Fundo Garantidor de Créditos, destinado exatamente para esse público, que vai reduzir, ainda mais, essa taxa de juros. Esses cidadãos querem ter o local certo para comercializar e ali ter sua



clientela. Estamos falando de 11 milhões de homens e mulheres. Nos próximos 5 anos, talvez essa formalização seja o principal debate na área urbana brasileira.

Por isso, o Ministério da Previdência, além de vir aqui apoiar os nossos IFETs, que são os nossos fortes parceiros, vimos também pedir que nos ajudem nesse processo de formalização. Sei da importância da presença dos IFETs nos pequenos negócios, na área de ciência e tecnologia. Já conversamos bastante com o Deputado Ariosto Holanda sobre esse processo. Para que ele possa ter êxito, como deseja toda a sociedade brasileira, é necessário que todas as nossas instituições estejam juntas nessa caminhada.

Fizemos um *folder* muito simples, de fácil acesso, para facilitar e orientar essa formalização, que é feita pela Internet, sem qualquer burocracia, em até meia hora. Portanto, é um sistema simples. O mesmo sistema que implantamos no Ministério da Previdência, em que concedemos o benefício em até meia hora, agora está sendo estendido também para a formalização das empresas no Brasil.

Aquele debate de que antes se levava, em média, 150 dias para criar uma empresa no Brasil, faz parte da história brasileira. Com a REDESIM e com as mudanças que o Congresso Nacional implementou, nós, a partir do dia 1º de julho, estamos criando as empresas em até 30 minutos. Nós dependemos de apoio, e a rede de IFETs é fundamental para isso. Ainda vão sobrar de uns 3 a 4 minutos para conversarmos um pouco sobre ciência e tecnologia, sobre o papel dos IFETs.

Por isso, quero dar um forte abraço em todos e desejar um excelente seminário, porque daqui muitas boas ideias, tenho certeza, sairão.

Um bom dia e um grande abraço. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Neste momento, assume a Presidência da Mesa a Exma. Sra. Deputada Alice Portugal.

Com a palavra o Exmo. Sr. Ministro de Estado José Henrique Paim Fernandes.

O SR. MINISTRO HENRIQUE PAIM - Bom dia, Sr. Deputado Eduardo Gomes. Gostaria de cumprimentar o Ministro da Previdência, José Pimentel; o meu colega de Governo, Secretário Executivo do Ministério do Trabalho, André Figueiredo; e o Deputado Ariosto Holanda, que tem tido um papel fundamental na expansão da educação profissional no País, com seu caráter inovador,



apresentando uma série de proposições e projetos que têm contribuído fortemente para a melhoria da educação profissional e para o desenvolvimento do nosso País. Gostaria de cumprimentar, também, todos os Reitores dos institutos federais e os dirigentes do Ministério da Educação, em nome do Getúlio Marques Moreira, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica.

Gostaria de dizer que temos uma agenda muito forte em relação à educação profissional tecnológica. Este é um ano muito especial, porque vamos comemorar o centenário da rede federal e temos que afirmar essa política a partir da consolidação de todas as ações que envolvem a rede e também o plano de desenvolvimento da educação. E na educação profissional a rede federal sempre teve um papel muito forte na formação profissional, que conseguiu, ao longo dos anos, construir um conjunto de cidadãos brasileiros formados que vêm contribuindo para a ação do País no sentido do desenvolvimento tecnológico.

Agora, essas escolas se transformaram em institutos, a partir dos CEFETs, e receberam um papel adicional, uma missão institucional nova, que vai desde a formação da educação profissional, o apoio que essa rede dá à educação básica, mas também um trabalho muito forte de apoio ao Ministério da Educação, na formação de professores.

Lançamos recentemente um plano nacional de formação com mais de 380 mil vagas, e sem a participação dos institutos federais seria impossível que atendêssemos esse número de vagas.

Gostaria de agradecer aos institutos federais por esse apoio que têm dado à formação de professores na área de Química, Física, Biologia e Matemática, a partir do plano nacional de formação. (*Palmas.*)

Sem dúvida alguma, o Presidente Lula já guardou seu nome na história — saúdo aqui o nosso Deputado Inocêncio Oliveira —, a partir da expansão da rede federal. Não cansamos de dizer que tínhamos, até 2003, 140 unidades de escolas em todo o Brasil, e passaremos a ter a presença da rede federal, a partir dos institutos, em 354 novas localidades até 2010. Esse é um compromisso do Presidente.

Se fizermos um histórico de 1908 até 2003, com 140 escolas, chegaremos a 354 unidades dos institutos federais no ano de 2010. Então, é um esforço grande



que a rede está fazendo, e gostaria de agradecer fortemente por esse trabalho que tem sido feito.

Sem dúvida alguma, a questão da extensão tecnológica cabe bem nessa missão que os institutos federais assumem e que já vêm fazendo. Mas agora, com esse projeto de lei e com o apoio do Presidente da Câmara, temos certeza de que vamos avançar mais ainda na extensão tecnológica. Sem dúvida alguma, é um papel no qual o instituto vai ser reforçado e que possibilitará alcançar seus objetivos.

Por fim, gostaria de dizer que toda essa expansão tem um traço muito forte a partir da criação dos institutos federais. Esse novo arranjo que se fez da rede federal com os institutos é fundamental para criar no País uma nova institucionalidade. E, sem dúvida alguma, estamos começando agora. Vários Reitores foram eleitos, outros foram reeleitos recentemente, e é um marco na história deste País com os institutos federais, que são instituições novas, que têm uma ampla missão que ultrapassa a missão anterior e que, sem dúvida alguma, vão guardar o seu legado na história

Eu queria parabenizar o Deputado Ariosto Holanda e dizer da importância deste encontro. Para consolidar todo esse trabalho que envolve a rede federal, que apoia também a rede estadual de educação profissional no País, nós precisamos urgentemente — já falei isso ao Presidente da Câmara Federal — da aprovação da emenda constitucional que acaba com a Desvinculação das Receitas da União. É muito importante acabar com a DRU, consolidar esse trabalho (*palmas.*) e fazer com que tenhamos a continuidade da implantação dos institutos com recurso garantido nos próximos anos.

Parabéns a todos e um bom trabalho neste fórum. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Compõe a Mesa, ainda, o Exmo. Sr. Deputado Inocêncio Oliveira.

Anunciamos que neste momento o Ministro José Pimentel deixa a Mesa, em virtude de outros compromissos.

Com a palavra o Exmo. Sr. Representante do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Dr. André Figueiredo.

O SR. ANDRÉ FIGUEIREDO Bom dia a cada um e a cada uma dos aqui presentes. Quero saudar a Mesa, inicialmente, na pessoa do Deputado Ariosto



Holanda, esse valoroso conterrâneo, que muito tem feito em prol do desenvolvimento da educação com qualidade, no âmbito da ciência e tecnologia, referência não apenas no nosso Estado do Ceará mas em todo o País.

Quero também saudar o Deputado Inocêncio Oliveira, Presidente do Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica da Câmara dos Deputados; a Deputada Alice Portugal, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura; meu amigo, Deputado Eduardo Gomes, Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia; o meu colega, Ministro Interino da Educação, Henrique Paim; e o Professor Paulo César Pereira, Presidente do Conselho dos Institutos Federais.

Em nome dos demais Reitores, gostaria de saudar o Professor Cláudio e o Reitor do Instituto Federal, no Ceará. Saúdo todos os Deputados e Deputadas aqui presentes, na pessoa do Deputado Padre José Linhares.

Como estou apenas saudando os cearenses, vou saudar, em nome de todos os jornalistas que cobrem este evento, o meu amigo Nazareno Albuquerque e a Adriana.

Enfim, quero dizer que nós que fazemos essa atual gestão do Ministério do Trabalho e Emprego nos sentimos extremamente honrados por estarmos aqui presentes neste momento, porque representa a culminância de um amplo diálogo que tem que ser materializado no âmbito do Governo Federal.

O Ministro Carlos Lupi, logo no início de sua gestão, dialogando com o Ministro Fernando Haddad, sinalizou um avanço, uma vez que temos uma ampla rede que foi, com certeza, aumentada na gestão do Presidente Lula. Hoje, como bem disse o Ministro Henrique Paim, nós vamos estar presentes em 354 municípios em nosso País, através dos institutos federais. E por que não utilizá-los no âmbito do nosso Plano Nacional de Qualificação Profissional? Por que não termos, através dessa rede de excelência, com certeza, a possibilidade de avançarmos em uma qualificação maior, com certificação nacional, validada em todo o território nacional e, ao mesmo tempo, possibilitando que uma mão-de-obra, que hoje está completamente excluída do mercado de trabalho, tenha, através dessa chancela dos institutos federais, a garantia de uma oportunidade de inserção no mercado de trabalho do nosso País?



Hoje temos, só no ano de 2009, aproximadamente, 270 mil alunos dos nossos PLANSEQs e PLANTECs, no âmbito de atividades econômicas, no caso dos PLANSEQs, e no âmbito dos territórios, no caso dos PLANTECs. Somando-se a eles, temos mais 188 mil jovens de 18 a 29 anos que estão dentro do ProJovem Trabalhador. Logicamente, estamos tentando potencializar, através da contrapartida de Estados e Municípios. Nós teríamos em torno de 500 mil estudantes só no ano de 2009 que poderiam muito bem ter o acompanhamento dos nossos professores, dos institutos federais. E, na verdade, é essa a sinalização. Temos que cada vez mais avançar na perspectiva de que a tecnologia social seja também uma forma de extensão no âmbito dos institutos federais, de que nós possamos colocar toda essa rede a serviço de uma educação de melhor qualidade, daquelas pessoas que tiveram muito pouco, até por conta de uma defasagem educacional a que o nosso País foi submetido durante anos e anos. E a gestão atual do Presidente Lula tem tentado, evidentemente, avançar bastante, de forma a minimizá-la.

Então, estamos aqui trabalhando na perspectiva de que possamos oferecer isso a todos esses profissionais, essas pessoas que precisam ter uma emancipação produtiva — incluo hoje os beneficiários do Bolsa Família. Estamos avançando bastante. O Presidente Lula deve estar participando já da primeira formatura de alguns alunos que são beneficiários do Bolsa Família e que estão se qualificando profissionalmente em 3 projetos-piloto: construção civil — posteriormente, serão inseridos nas obras do PAC; turismo, da mesma forma, e microcrédito.

O Ministro Carlos Lupi, inclusive, estará em Juazeiro do Norte, na quinta e na sexta-feira, anunciando uma nova etapa do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado, em uma parceria mais avançada com o Banco do Nordeste, uma vez que o Banco do Nordeste já tem hoje uma carteira extremamente significativa. Esperamos que os demais bancos oficiais também vão ao encontro dessa política social. Então, vamos trabalhar um aporte de 100 milhões de reais adicionais do FAT — Fundo de Amparo ao Trabalhador — para que aquela pessoa, aquele nanoempreendedor possa receber uma quantia que na maioria dos casos é insignificante, mas, para ele, representa acima de tudo a possibilidade de ter um capital de giro.



Então, hoje, no que se refere à questão do cheque especial, como estava dizendo o próprio Deputado José Pimentel, que hoje é Ministro da Previdência, paga-se de 8% a 10%, e vamos trabalhar com uma taxa de juros de aproximadamente 1,32%. Isso, sem fundo garantidor nenhum, com base única e exclusivamente em uma política de microcrédito em que o agente é extremamente valorizado, porque conhece o perfil daquela pessoa, que não se torna, digamos assim, um nanoempreendedor apenas pelo seu nome limpo, porque, na maioria das vezes, não o tem. Às vezes, as dificuldades na inserção profissional fazem com que ele tenha, eventualmente, um cheque sem fundo, e possa ter o nome no SPC. E nós queremos fazer com que essas pessoas saiam do fundo do poço. Se não dermos alternativas para elas, certamente teremos dificuldades.

E também não adianta dar apenas o capital de giro. É indispensável que ofereçamos para essas pessoas todo esse acompanhamento de qualificação profissional, todo esse acompanhamento de capacitação, para que elas possam com certeza sair de uma situação de completa dependência e se tornar efetivamente cidadãos brasileiros.

E quero aqui apenas dar uma informação complementar, tendo em vista que somos cientes de que é necessário não apenas estarmos no plano das ideias, mas termos ações efetivas dessa intersectorialidade entre Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia, juntamente com os institutos federais. No âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego, nós nos comprometemos a avançar nos estudos para criar um fundo de apoio a essas bolsas de extensão (*palmas*), para que tenhamos, com certeza — por parte, talvez, do Fundo de Amparo ao Trabalhador —, essa possibilidade de dar também essa contribuição para que essa ação governamental seja repleta de êxito.

Volto a dizer, Sras. e Srs. Deputados, que o Poder Legislativo é indispensável nesse processo, assim como toda a sociedade civil. Temos plena convicção de que estamos alicerçando todo um projeto de um Brasil realmente para todos. Para isso, é necessária a junção de todos os esforços, governamentais e não governamentais, para que tenhamos a certeza de que ainda teremos condições de ver com os nossos próprio olhos o Brasil com que todos nós sonhamos.

Muito sucesso, um grande abraço a todos. (*Palmas.*)



A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. DEPUTADO INOCÊNCIO OLIVEIRA - Bom dia a todos. Saúdo a Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, neste ato respondendo pela Presidência daquele importante órgão técnico da nossa Casa. Saúdo o Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Deputado Eduardo Gomes.

Saúdo meu particular amigo, por quem tenho uma admiração enorme, em razão dos relevantes serviços prestados à educação do Brasil, Secretário Executivo e que atualmente assume interinamente o Ministério da Educação, ilustre colega Paim, amigo dileto. Para mim, Paim é uma referência na educação, sobretudo por seu trabalho belíssimo no FNDE. A história do FNDE se divide em antes e depois do Paim. Tenho uma admiração muito grande por ele. (*Palmas.*)

Saúdo o Sr. André Figueiredo, que foi nosso colega aqui na Câmara dos Deputados e que hoje responde por uma importante Secretaria no Ministério do Trabalho e Emprego.

Saúdo o meu querido amigo Ariosto Holanda, homem público exemplar, que instalou 40 CVTs — Centros Vocacionais Tecnológicos — no Ceará e que tanto luta pela capacitação tecnológica da população brasileira. S.Exa. é uma referência no Conselho. Durante os meus 5 anos de Conselho, S.Exa. tem sido uma das figuras mais importantes deste órgão técnico. Tenho uma especial dedicação a tudo o que diz aqui, sobretudo porque, além de CVTs, faz um trabalho belíssimo em relação às infovias do conhecimento, que é uma coisa extraordinária. Para mim, o nosso querido Ariosto é uma referência nesse sentido de fazer com que vençamos o chamado analfabetismo tecnológico existente no nosso País. Meus cumprimentos e minhas homenagens a Ariosto Holanda.

Saúdo com muita satisfação o Dr. Paulo César, Presidente do Conselho dos Institutos Federais, antigas escolas técnicas federais.

Acredito que este fórum *Extensão Tecnológica de Institutos Federais — O Conhecimento Tecnológico a Serviço da Cidadania* vem ao encontro daquilo que o Brasil precisa no momento. A capacitação tecnológica da população é sem dúvida um dos principais instrumentos de que dispomos para promover o desenvolvimento



com justiça social. Na verdade, não há outro caminho para o Brasil. Não há alternativa que promova a paz social sem passar pela inclusão da população na economia formal, com acesso à informação e às tecnologias que disponibilizam conhecimento e práticas capazes de aumentar a eficácia do trabalho.

Assim sendo, este Fórum promovido pelo Conselho de Altos Estudos, também em consonância com a Comissão de Educação e a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, tem como foco uma das questões mais importantes da agenda política nacional.

Hoje teremos a oportunidade de discutir métodos e ações capazes de resgatar a prática da extensão no Brasil e utilizar esse instrumento para saldar, ao menos em parte, a imensa dívida que temos com a grande parcela da população que permanece à margem do progresso material e científico experimentado nas últimas décadas.

Os dados estatísticos disponíveis são unânimes ao apontar a existência de mais de 80 milhões de analfabetos funcionais vivendo nas diferentes regiões do País. São brasileiras e brasileiros em idade produtiva, mas que não possuem requisitos para conseguir um emprego digno, remunerado, com o mínimo indispensável à sua sobrevivência e a de suas famílias.

Já vimos que não adianta muito ensinar rudimentos de leitura e escrita se o aluno não recebe estímulos quando sai da escola. Sem a prática, tudo o que foi aprendido acaba esquecido e não se transforma em benefícios materiais concretos.

Quero dizer que a Câmara dos Deputados e o Senado aprovaram por unanimidade, e o Presidente sancionou, um projeto de minha autoria que determina que nenhuma empresa pública ou privada pode exigir mais de 6 meses de experiência para que aqueles jovens que saem da faculdade, saem de uma escola técnica, possam disputar uma vaga nesse mercado de trabalho tão competitivo em que vivemos. Está no art. 392 da CLT. O Presidente Lula disse-me que era o sonho da vida dele. O aluno pode usar esses 6 meses de estágio já como essa experiência adquirida, para que possa, então, fazer qualquer concurso público. (*Palmas.*)

Para mim, a PETROBRAS é a maior empresa pública do Brasil. Pública não, hoje é de capital misto, 70% é de capital privado. É uma das maiores empresas do Brasil. Por isso, defendo para o pré-sal uma empresa pública enxuta, que possa



fazer com que o pré-sal seja uma conquista do Brasil. A PETROBRAS, lógico que terá certos privilégios para explorar o pré-sal, mas o pré-sal não pode ser da PETROBRAS, senão vamos transferir 70% para a iniciativa privada.

Por isso, o Conselho está discutindo este assunto em profundidade, convocando os técnicos mais importantes do setor. Estamos com um trabalho avançado e apresentamos o primeiro projeto que está sendo utilizado agora pelo Presidente Lula, com a autorização do Conselho, para fazer a nova lei geral sobre o pré-sal.

Para resgatar as pessoas do círculo vicioso da exclusão é preciso oferecer conhecimentos e tecnologia aplicados à sua realidade imediata. E é isso que fazem os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que hoje constituem uma rede nacional coordenada por 38 institutos com porte de universidade.

Quero dizer que quando Presidente da Câmara criamos aqui o Centro de Formação — CEFOR —, hoje uma referência importante na Casa, que também tem condições de formar tecnólogos e inclusive faz cursos de pós-graduação. Temos no CEFOR hoje um dos órgãos mais importantes do Poder Legislativo. Mas lamento que o Senado Federal tenha outro também. Não entendo por que a Câmara possui um serviço médico e o Senado outro, por que a Câmara possui uma biblioteca e o Senado outra, por que um serviço de informática na Câmara, o CENIN, e no Senado outro. São casas do mesmo Poder, infelizmente uma mais traumatizada neste momento que a outra, mas não queremos, nessa hora, jogar pedras, porque ninguém é capaz de jogar pedras naquilo que sobretudo é a voz do povo, a Casa mais transparente, aquela que, quando tudo faltava, era uma voz à tribuna em defesa dos fracos, oprimidos e necessitados.

A contribuição do Presidente Lula tem sido exemplar nessa área, pois pretende implantar até o final do seu Governo 214 novas escolas técnicas, ou institutos, que se somarão às 140 criadas entre 1909 e 2002, sem esquecer o trabalho do Ministério da Ciência e Tecnologia nos Arranjos Produtivos Locais — APLs —, chamados Centros Vocacionais Tecnológicos, que o meu querido colega Ariosto Holanda — vou repetir — criou 40 quando era Secretário de Ciência e Tecnologia no Ceará — e lá está muito mais avançado do que em qualquer outro Estado do Nordeste —, sem esquecer também as infovias do conhecimento.



Essa iniciativa mostra que há uma efetiva interação de apostar na extensão como fator de transformação social, confirmando o compromisso já expresso em outras políticas públicas voltadas à complementação de renda e para geração de emprego.

Acreditamos que a aprovação da Lei nº 7.394, de 2006, que cria o Fundo de Extensão da Educação Tecnológica, será um passo muito importante para levar os recursos até as escolas e professores que têm condições de influir positivamente nas comunidades em que estão inseridas.

O Conselho também tem sido um defensor intransigente do Ministro José Henrique Paim e da ideia de um projeto chamado Um Computador por Aluno, *One Laptop per Child*, criado por Negroponte, na Universidade de Massachusetts. A experiência veio para cá, e o Presidente Lula gostou muito. Felizmente, são 11 Ministérios participantes, e o assessor direto do Presidente é o coordenador do projeto, que passou a andar. Se Deus quiser, implantaremos 1 milhão de computadores até o final do Governo Lula, e desse modo as escolas terão condições de aprimorar aqueles que estão na escola, do ensino fundamental ao ensino de 2º grau.

É um computador mais simples, lógico, mas será ligado à Internet, e será utilizada uma sala para 3 turmas, pela manhã, à tarde e à noite, o que vai triplicar o número de alunos que terão o primeiro acesso a um computador.

Esse é um vetor de ação para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia disseminar o conhecimento para a empresa e capacitar o aluno para a disputa acirrada que ocorre no mercado doméstico cada vez mais globalizado.

Nunca o mundo produziu tanto, mas nunca empregou tão pouco. O mundo está sendo substituído por robôs, pela computação, pela informatização. O mundo está sendo substituído pelo conhecimento tecnológico, sem esquecer que os robôs são programados pelo homem.

Vou dizer uma coisa muito simples, que poucos sabem, ou se sabem não o dizem. O carro *flex*, que dizem ser um sucesso enorme, possui um *chip* que, ao usar gasolina, adapta o motor para gasolina; e quando usa álcool, adapta-o para álcool. É um *chip* desenvolvido para exercer essa função.



Há cidades do interior do Brasil com formação tecnológica muito grande, produzem até *software*. Campina Grande, na Paraíba, é um exemplo.

O Deputado Marcondes Gadelha, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, contou-me que, certa vez, quando foi a Madrid, Espanha, perdeu sua maleta. O Cônsul brasileiro, que o esperava, foi logo à delegacia próxima ao aeroporto. Quando lá chegaram, disseram que iriam encontrar a maleta, pois possuíam um *software* que tinha sido desenvolvido em Campina Grande, no Brasil. Colocaram o *software* e logo identificaram a maleta, que tinha sido levada por outro passageiro que vinha no mesmo voo. São essas coisas que orgulham o Brasil. As cidades de Santa Rita e Itajubá, em Minas Gerais, o Porto Digital, em Pernambuco, o grande centro tecnológico, em Fortaleza, são experiências muito interessantes no interior do Brasil que hoje produzem *softwares* capazes de competir com os maiores do mundo. Não me agrada o Brasil importar bilhões de dólares de *software* por ano. O Brasil tem capacidade de se tornar autossuficiente nesse setor. É um campo muito explorado. Mas me emociona muito e fico muito feliz quando sei que se vende mais computador do que televisões. O Brasil hoje, graças a Deus, está vendendo mais computadores do que televisões.

Quero também louvar o Presidente Lula e o Ministro das Comunicações, Hélio Costa, por terem criado a nossa TV digital, que foi discutida, pela primeira vez, no Conselho. Nós que desenvolvemos o modelo à brasileira. Não queríamos o modelo americano nem o japonês. Desenvolvemos um modelo capaz de fazer com que um conversor, que custava uma fortuna, hoje custe 200 ou 300 reais. Pode-se transformar qualquer televisão analógica em digital. É claro que todos aprovamos investimentos em programas que difundem a educação formal. Isso é imprescindível para o desenvolvimento.

Quero dizer ao Ministro José Henrique Paim, que é um grande educador nacional, que para mim é uma figura exemplar, que representa aquilo que há de mais sagrado na nossa educação, que não podemos perder de vista a realidade de milhões de brasileiros profissionais liberais ou microempresários que não têm tempo de frequentar esses cursos regulares e que precisam de outro canal para terem acesso à informação e à tecnologia. Esse canal é oferecido pelas escolas técnicas hoje transformadas em institutos.



Este ano comemoraremos o centenário dessas escolas implantadas pela primeira vez em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha. É uma data muito significativa e esperamos que seja também o marco de uma profunda mudança de rumo na disseminação do conhecimento da tecnologia no País.

Esse é um debate promovido pela Câmara dos Deputados e que irá mostrar que somos capazes de resgatar e transformar a extensão tecnológica em vetor de inclusão e justiça social.

Para terminar, quero dizer que cheguei atrasado porque, por incrível que pareça, fiquei preso num elevador do Aeroporto de Brasília por quase uma hora. Não me apavorei porque sou sertanejo de Serra Talhada, sou matuto e nada me apavora. Por isso peço desculpa a todos. Que Deus nos ajude! Muito obrigado. *(Palmas.)*

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Eduardo Gomes.

O SR. DEPUTADO EDUARDO GOMES - Sr. Presidente da Mesa, Presidente do Conselho de Altos Estudos, Deputado Inocêncio Oliveira, a quem saúdo fazendo referência à sua luta histórica nesta Casa à frente deste Conselho. Tive, na oportunidade em que fiz parte da Mesa Diretora, o senso e a consciência do esforço que V.Exa. fazia para que o Conselho de Altos Estudos funcionasse em consonância com a Presidência da Casa e que produzisse os resultados que vem produzindo nas diversas áreas em que se dedica a fomentar e a estudar políticas públicas importantes para o País.

Quero cumprimentar o Deputado André Figueiredo, Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho, nosso colega; Deputada Alice Portugal, que representa, neste momento, a Comissão de Educação da Casa; o Sr. Henrique Paim, que interinamente representa o Ministério da Educação; o Sr. Paulo César, que neste ato representa o Conselho dos Institutos Federais.

E quero, por último, cumprimentar o Deputado Ariosto Holanda. A Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, assim como todos os Deputados que estão aqui presentes, sente-se absolutamente contemplada com a fala do Deputado Ariosto Holanda, homem dedicado à bandeira da tecnologia e inovação nesta Casa. O seu esforço, é bom que se diga, ultrapassa



as barreiras partidárias, os Governos, por ser um político ligado às questões de Estado. E é difícil, num momento como este, deixar de ressaltar que existe um caráter suprapartidário de política de Estado naquilo que estamos discutindo hoje.

Eu acredito que os avanços recentes na área de tecnologia, ciência e inovação têm também como fundamento uma nova realidade brasileira que teve início há 15 anos, com o Plano Real. Portanto, muito mais do que a referência a Governos atuais ou a Governos passados, é importante que a academia, que os que pensam em tecnologia e inovação tenham seus olhos voltados para o ano de 2010, quando vamos discutir as políticas dos próximos Governos.

Portanto, ao cumprimentar a todos, quero dizer que o discurso da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, por obra do discurso dos que me antecederam, transformou-se apenas em um número muito importante nesse momento em que o Deputado Inocêncio vai à reunião da Mesa Diretora: apoio integral à aprovação do Projeto de Lei nº 7.394. (*Palmas.*)

Portanto, um bom seminário a todos e até uma próxima oportunidade.

Muito obrigado.

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra a Exma. Sra. Deputada Alice Portugal.

A SRA. DEPUTADA ALICE PORTUGAL - Bom dia a todos e todas. Eu gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar o Ministro Interino da Educação, Sr. José Henrique Paim, que muito nos honra com a sua presença.

O Sr. Ministro da Educação encontra-se num grande evento educacional mundial em Paris, onde, inclusive, se encontra também a Presidenta da Comissão de Educação, Deputada Maria do Rosário, e o Presidente da República.

Por esse motivo, como Vice-Presidente da Comissão de Educação, represento-a neste que é um dos mais importantes eventos da Comissão de Educação, da Comissão de Ciência e Tecnologia, desta Casa Legislativa tratando, efetivamente, da conceituação da extensão do ensino técnico e tecnológico em nosso País.

Quero cumprimentar o nosso querido André Figueiredo, colega desta Casa, hoje Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e Emprego. Gostaria de cumprimentar também, com especial relevância, o Sr. Reitor Paulo César,



Presidente do Conselho das Instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, dos nossos antigos IFETs.

Gostaria de cumprimentar também o nosso querido Deputado Ariosto Holanda, coordenador deste Fórum de Extensão Tecnológica, grande batalhador pela educação tecnológica em nosso País e que tem tido, sem nenhuma restrição, a colaboração e completa solidariedade da Comissão de Educação e desta Deputada que, nesse momento, o parabeniza pela sua ação obstinada nesta Casa durante anos seguidos. (*Palmas.*)

E, efetivamente, queria cumprimentar a todos e todas que aqui estão para construir essa concepção a muitas mãos, de maneira coletiva.

Dirijo-me, nesse momento, às Sras. Reitoras e aos Srs. Reitores dos IFETs desse País; dirijo-me, nesse momento, com especial atenção, aos reitores dos 2 IFETs da Bahia, à nossa querida Reitora Aurina, e, sem dúvida, a grande novidade da Bahia, que é o professor Edson, do novo instituto baiano que agrega as escolas agrotécnicas federais e as escolas remanescentes da CEPLAC. Honra-me muito ter participado desse processo de aliançamento e de fusão e de construção desse novo ente que é o IFET baiano.

Este evento guarda em si, Sr. Presidente, colegas, muitas expectativas, porque nós nos acostumamos, em relação à construção das IFES, das Instituições Federais de Ensino Superior, a conceder a extensão como um braço da academia que tratava, efetivamente, de levar cultura e fazer esse processo de intercâmbio cultural, de levar *a posteriori* a extensão rural e fazer o *feedback* com o aprendizado na prática rural.

Mas, objetivamente, o nosso País, talvez pelo modelo dependente, pelo modelo antagônico à soberania que durante os anos da ditadura militar a ele foi imposto e depois, nos anos dos Governos neoliberais, genuínos que, lamentavelmente, deixaram para essa geração o legado de ter que derrubar uma medida que, lamentavelmente, impedia a criação de novas escolas de ciência técnica e tecnológica em nosso País. Este modelo de dependência, esse modelo antagônico à soberania, nos engessou durante décadas. Se nós não conseguimos sequer fazer, em plenitude, a educação técnica e tecnológica, imaginem a extensão técnica e tecnológica.



Hoje, libertos destas amarras da concepção hegemônica da dependência – não é que ela não exista e que este cabo de guerra não se dê no dia-a-dia em todas as áreas da vivência política e social em nosso País —, mas este cabo de guerra é permanente e se dá por dentro e por fora das instituições, por dentro e por fora dos Governos. No entanto, nós vivemos hoje libertos das amarras institucionais da dependência. E, por isso mesmo, este seminário encerra em si uma grande esperança e expectativa de conseguirmos, efetivamente, construir essa concepção da extensão, porque a capacidade de expansão tem limite. A capacidade de expansão enfrenta uma crise. A capacidade de expansão enfrenta, sem dúvida, a própria musculatura do Estado que ainda se refaz desse período em que a dependência foi regra.

Por isso mesmo, a extensão é, sem dúvida, o braço alongado das instituições federais de ensino técnico e tecnológico. A extensão é o braço alongado da possibilidade de se levar ciência e tecnologia expandindo a possibilidade de informação para a sociedade brasileira e, especialmente, para a juventude brasileira. A extensão é, sem dúvida, a materialização do saber dos rincões mais longínquos deste País continental.

Por isso mesmo, a Comissão de Educação, neste momento, representada apenas pela sua Vice-Presidenta, tem o maior orgulho de participar deste evento, tem a completa vontade de aprender com os especialistas, porque o papel do Parlamento não é o papel de ser togado ou ser a garantia da efetiva especialização do discurso de cada um de nós. Na verdade, o representante político traz consigo a toga da representatividade e tem que ter a humildade de beber na fonte dos especialistas. É isso que nós vamos fazer durante esse seminário, e, sem dúvida, fazemos das nossas palavras as palavras de agradecimento permanente ao Deputado Ariosto Holanda, que tem sido farol na defesa da inclusão da ciência e tecnologia no campo da educação. Sem dúvida, S.Exa. hoje é um grande parceiro dos IFETs nesse processo da construção da extensão.

Muita sorte no evento e contem com a Comissão de Educação desta Casa não apenas para as emendas do IFET, mas, acima de tudo, para fortalecê-los cada vez mais no sentido de dizermos à Nação brasileira, de dizermos à Academia Brasileira, que esses institutos fazem parte da construção da inteligência nacional. E



eu, como ex-aluna de uma escola técnica federal, tenho muita honra de ser partícipe deste momento que vive o ensino técnico e tecnológico no Brasil.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Com a palavra o Magnífico Sr. Reitor Paulo César Pereira.

O SR. PAULO CÉSAR PEREIRA - Bom dia a todos. Quero, inicialmente, cumprimentar o Ministro Henrique Paim, os Deputados Ariosto Holanda, Alice Portugal, Eduardo Gomes, o Secretário André Figueiredo, os demais Parlamentares deste evento, meus colegas Reitores, membros do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal, do CONIF, cumprimentar muito particularmente o Fórum de Extensão e Assessoramento ao CONIF, os dirigentes de extensão da Rede Federal aqui presentes, todos os educadores presentes neste evento e, particularmente, os que atuam na educação profissional. Quero dizer que já me sinto realizado, contemplado, com os depoimentos que ouvi no dia de hoje.

Quero destacar aos Parlamentares aqui presentes que este plenário está cheio e com grande número de gestores, professores, educadores da rede federal de educação profissional e tecnológica. Essa presença representa um depoimento de que a rede federal está pronta para desenvolver um trabalho de extensão em todo o País. (*Palmas.*) Eu tinha por obrigação dizer isso.

Como conhecedor profundo dessa rede, essa presença significa esse depoimento, essa prontidão e o reconhecimento de que vivemos num País, apresentado aqui na primeira fala do Deputado Ariosto Holanda, com 80 milhões de analfabetos funcionais.

A expansão da rede federal vivida no Governo do Presidente Lula, nunca experimentada na história do Brasil, pode ser medida pelos números. Já foi dito mas nunca é demais ressaltar. Durante um século, foram construídas 140 unidades. Em menos de 6 anos, estão sendo construídas 214 novas unidades. É preciso que se reconheça a determinação e o compromisso público do Presidente da República. Mas é preciso que se aplauda também o papel desta Casa com a aprovação da Lei nº 11.892, que coloca a Rede de Educação Profissional e Tecnológica como parte do Sistema Federal de Educação e cria os institutos federais, que dão conta do desenho hoje apresentado para o Brasil.



Dessas 354 unidades, posso dar o depoimento da definição das 214 unidades construídas neste Governo, cujo critério de definição dos locais foi o critério técnico e de necessidade social. Isso assegura o reconhecimento do que há de mais significativo no desenho dessa rede, que é a capilaridade e a capacidade que essa rede tem de ir ao encontro do mais simples trabalhador do Brasil.

Tive a oportunidade de participar de alguns debates na Comissão de Educação e tive a feliz constatação de que uma das maiores cobranças dos Parlamentares e dos Deputados foi a terceira fase de expansão dessa rede federal. *(Palmas.)*

Com o acréscimo dessas 214 novas unidades, o Brasil salta de 200 mil vagas para mais de 500 mil vagas na educação profissional pública da rede federal. Esse é um salto muito significativo. Travamos uma luta para correremos contra o tempo. Se durante um século houve uma lentidão no crescimento dessa rede, esse salto passa a ser muito significativo para todo o povo brasileiro.

Mesmo com esse salto, que mais do que dobra a oferta de vagas na rede federal, precisaríamos, para alcançar esses analfabetos funcionais, multiplicar esse número de oferta de vagas pelo menos 50 vezes. E nós todos que nascemos e trabalhamos para que o País se desenvolva precisamos reconhecer que um dos caminhos é a extensão tecnológica. Como bem disse a Deputada Alice Portugal, esse caminho se dá principalmente por meio dos institutos federais.

Para a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, eu tenho dito, não é menos nobre formar o trabalhador braçal, não é menos nobre formar o pedreiro, o eletricista, qualificá-lo, certificá-lo pela experiência acumulada ao longo de toda a sua vida profissional.

E é dessa forma que essa Rede vem apresentar-se a esta Casa, colocando-se pronta para fazer esse trabalho.

Para finalizar, eu gostaria de destacar as palavras do Deputado Eduardo Gomes, que falou sobre a importância da aprovação desse projeto de lei que cria o fundo de extensão, proposto pelo nosso Deputado Ariosto Holanda. Eu gostaria de fazer este pedido: é preciso assegurar que as respostas à aprovação desse projeto de lei por parte da rede federal sejam imediatas, saltem aos olhos e sejam



incontestes, como são incontestes todas as ações em que a rede federal está inserida.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

A SRA. APRESENTADORA - Neste momento, desfaz-se a Mesa.

Convidamos o Exma. Sra. Deputada Alice Portugal para conduzir o painel “Desafios da extensão tecnológica”.

Lembramos a todos que, paralelamente ao Fórum, três exposições podem ser visitadas no *hall* da Taquigrafia e no Espaço do Servidor da Câmara dos Deputados, até o dia 6 de julho: a Mostra Fotográfica do Centenário dos Institutos Tecnológicos, organizada pelo Ministério da Educação; a Mostra Discente da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica, também organizada pelo Ministério da Educação; e o Balcão da Inclusão, organizado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.

Tenham todos um bom dia de trabalho!

(*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Pedimos a todos que permaneçam em plenário, porque logo vamos iniciar o painel “Desafios da extensão tecnológica no País”.

(*Pausa.*)

Vamos dar início ao ponto da pauta que trata dos desafios da extensão tecnológica no País.

Pedimos a todos que voltem à concentração, porque nós temos apenas até meio-dia e meia para realizarmos este painel, para então sairmos para almoço e voltarmos a tempo de cumprir os horários previstos para a parte da tarde. Muitos retornam ainda hoje, por isso é fundamental que os horários sejam seguidos.

Estou sendo instada a iniciar os trabalhos, não obstante perceba a importante confraternização entre os senhores reitores e diretores de centros e núcleos e todos os senhores envolvidos com a educação profissional e tecnológica no País presentes a este evento.

Quero iniciar cumprimentando todos que não cumprimentamos de maneira direta, exatamente os diretores e diretoras dos centros e núcleos presentes nesta manhã.



Prossigo convidando à mesa os palestrantes, para que possamos estimular todos a retornarem à concentração.

Convido a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Deputado Betinho Rosado, colega que se dedica à discussão da educação profissional e tecnológica. *(Palmas.)*

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Secretário Substituto da Secretaria Tecnológica do Ministério da Educação, nosso queridíssimo parceiro Getúlio Marques Ferreira. *(Palmas.)*

Convido também a tomar assento à mesa a Diretora do Departamento de Ações Regionais da Secretaria de Ciência e Tecnologia, Sra. Natália Gedanken. *(Pausa.)*

Convido, por fim, a Coordenadora de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, Sra. Fátima Rosa. *(Pausa.)*

Antes de franquear a palavra aos nossos palestrantes, eu gostaria de dizer que a coordenação deste evento transformou em prioridade desta Mesa, denominada “Desafios da Extensão Tecnológica no País”, a pretensão de debater a importância da capacitação tecnológica da população de baixa renda e os mecanismos para sua inclusão no mercado de trabalho, cada vez mais demandante de qualificação profissional. A partir da atuação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, serão abordadas as ações voltadas à popularização do acesso ao ensino profissional.

A *TV Câmara* está cobrindo o nosso evento. Obviamente, eu gostaria de chamar a atenção de todos para o fato de que, neste momento, os brasileiros e brasileiras que nos assistem pela *TV Câmara* — e que depois acompanharão a repercussão do evento — devem analisar que talvez este seja um dos temas de maior relevância no âmbito da educação e da ciência e tecnologia. Se estamos vivendo um período de luta pelo desenvolvimento e pela diminuição do impacto da crise econômica no País, temos, em contradição a esse movimento de crescimento, a alta dificuldade de incorporarmos milhões de brasileiros ao mercado de trabalho.

Recentemente, em meu Estado da Bahia, a PETROBRAS teve que sustar uma absorção de quase 10 mil vagas de empregos, porque não havia eletricitas industriais e trabalhadores da construção civil na área industrial preparados para encarar uma maratona de trabalho de expansão do setor de petróleo no Estado. Foi



necessária a formação de uma força-tarefa e a realização de cursos pré-técnicos para que esses trabalhadores pudessem preparar-se de maneira rápida para assumir as vagas de emprego.

As vagas de emprego são ainda insuficientes para um País que quer crescer com grande dimensão. Mas, obviamente, quando oferecidas as vagas, há falta de mão-de-obra preparada.

Nesse sentido, este painel tem alta importância, porque, a partir dos IFETs e dessa nova dimensão dada à extensão profissional e tecnológica, poderemos ampliar em muito a formação para a população de baixa renda.

Convido, neste momento, o Exmo. Sr. Deputado Betinho Rosado para iniciar a sua fala neste painel.

Acredito que podemos conceder 10 minutos para cada orador, com alguma flexibilidade, para que possamos garantir a todos a participação no processo de debate que iniciamos neste momento.

Com a palavra o Deputado Betinho Rosado.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Muito obrigado, Deputada Alice Portugal, Presidenta da Mesa.

Quero cumprimentar uma figura que não está mais presente, mas que paira sobre este evento, o Deputado Ariosto Holanda, responsável maior pela presença de todos nós. S.Exa. voltará daqui a pouco. No momento em que cumprimento o Deputado Ariosto Holanda, quero que todos os presentes sintam-se cumprimentados.

Essa questão da extensão rural passa pelos cursos de curtíssima duração, de pouca excelência, que sepultaram o diploma profissionalizante e transformaram, ao longo da nossa história, as universidades em porta de acesso ao mercado brasileiro. Quarenta e dois milhões de trabalhadores — eletricitas, mecânicos, mestres de obra — mal remunerados pagam um preço alto por conta desse equívoco histórico do modelo do ensino brasileiro. Muitos desses profissionais não tiveram condição de ter uma boa educação, e a maioria, lamentavelmente, mal sabe ler e escrever. São cerca de 42 milhões de profissionais inseridos dentro daqueles 82 milhões de analfabetos funcionais, já reportados pelo Deputado Ariosto Holanda.



Talvez só porque o interesse mesmo seja dessa parcela menos favorecida da população, o tema extensão tecnológica nunca tenha merecido destaque na agenda do País — como, por exemplo, mereceu destaque o debate da autonomia universitária. A capacitação dessas camadas excluídas e marginalizadas via cursos de extensão ou profissionalizantes é a única forma de resgate dessa dívida social do País, de seus governantes, que de maneira silenciosa e impune construíram esse processo de exclusão ao longo das décadas.

Iluminar a mente dos milhões de brasileiros semiletrados é um desafio que merece o esforço orquestrado que estamos tentando fazer aqui, envolvendo as mais diversas vertentes do Estado brasileiro. A composição da Mesa de abertura dos trabalhos, a composição desta Mesa de debates, de certa forma, já reflete a complexidade do tema e a necessidade de uma participação grande de todos os institutos e órgãos do Governo no sentido de superar essa grande dificuldade.

Os programas de extensão rural, lamentavelmente, nunca mereceram um projeto de ação equivalente ao Bolsa Família ou mesmo ao Luz para Todos, projeto que se desenvolve no meio rural brasileiro.

Preocupado com essa situação — preocupação que não é só da Câmara, mas a Câmara tem dado a sua parcela de contribuição —, o Conselho de Altos Estudos, mais ou menos em 2007, fez um seminário sobre esse tema e apresentou à Casa o Projeto de Lei nº 7.394, que, com as restrições do Ministro da Ciência e Tecnologia — restrições não, observações —, deverá ser votado brevemente, a partir do compromisso do nosso Presidente.

Essa recente expansão do ensino tecnológico por meio dos IFETs — Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia — é um avanço, mas, efetivamente, a capilaridade necessária para que isso possa chegar às mais diversas partes e rincões do nosso País necessita dessa ampliação dos centros de vocação tecnológica, ou qualquer outro nome que se dê a eles, de forma que possamos alcançar as cidades do interior do nosso País.

Creio eu que esse programa também está apoiado em outras leis, que, inclusive, estão sendo discutidas no Supremo neste momento. A Lei das Organizações Sociais foi uma tentativa do Governo passado de estabelecer mecanismos e possibilidades de contratação e atuação desses CVTs. Portanto,



quando estivermos criando essa extensão, vamos precisar de leis que apoiem a possibilidade de funcionamento.

É claro que as populações rurais mais pobres são as menos aptas para o ingresso no trabalho, e isso vai requerer uma observação e uma ação mais decisiva do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais. O País, com gigantescas riquezas naturais e milhões de hectares de terra, precisa ver esse povo talentoso e trabalhador, que não pode apoiar-se em políticas públicas que dão o peixe, mas não ensinam a pescar. Temos que formar pólos de produtores, de arranjos produtivos para a transferência tecnológica a partir das potencialidades naturais, como a fruta de Pernambuco e da Bahia, o bambu de Alagoas, o sisal da Bahia e tantas outras.

Os institutos de ensino federal de educação, os centros estaduais de educação tecnológica, as escolas técnicas, o sistema da indústria e do comércio, os cursos de extensão das universidades, esses centros vocacionais tecnológicos — já iniciados lá no Ceará por Ariosto e expandidos para o Brasil — precisam ter o apoio das bolsas de extensão comunitária para que tenhamos efetivamente um cardápio de opções para a construção de uma nação com distribuição de renda e sem fome.

É claro que, se estamos pensando no ensino tecnológico, temos que apoiar também a pesquisa e a inovação tecnológica das universidades. E, nesse ponto, nós nos deparamos com uma dificuldade adicional, porque as áreas mais pobres, mais necessitadas dessa extensão rural, são também as áreas que menos pesquisam, que têm pouca capacidade de receber desses fundos tecnológicos citados pelo Ministro da Ciência e Tecnologia os recursos para infraestrutura de pesquisa e extensão, monitoramento e bolsas de pesquisa e extensão.

Temos uma proposta que está começando a ser discutida nesta Casa a partir do Conselho de Altos Estudos: que pudéssemos repassar essa reserva que é feita para as regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste; que pudéssemos repassar 40% desses 30% dos recursos dos fundos de ciência e tecnologia; seriam, portanto, 12% do total fundo a fundo, a fim de que os fundos estaduais de ciência tecnologia pudessem decidir quais investimentos são necessários em cada Estado. Na maioria das vezes, a necessidade estadual é diferente daquilo que prega a



política nacional de ciência e tecnologia. Ainda sobriam — estamos investindo 40% fundo a fundo — cerca de 60%, que representam 18% do total dos fundos.

Esses fundos seriam administrados por uma supervisão do Ministério da Ciência e Tecnologia, seriam administrados por Conselhos Regionais do Nordeste e Conselho Regional do Norte, provavelmente ligados às instituições de desenvolvimento, a SUDENE e a SUDAM.

Dessa forma, estaríamos garantindo a base, o conhecimento, a expansão desse conhecimento, absolutamente necessário para que haja essa extensão da ciência e da tecnologia.

Parabenizando todos que estão envolvidos no evento, os palestrantes que vão suceder-me, a nossa Presidenta, deixo essa pequena contribuição para o debate de todos.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Obrigada, Deputado Betinho Rosado.

Antes de chamar o próximo orador, eu gostaria de informar que se encontra entre nós o Deputado Colbert Martins, do PMDB do Estado da Bahia. S.Exa. é especialmente dedicado à causa do desenvolvimento da ciência e tecnologia em Feira de Santana e em todo o Estado da Bahia.

Muito obrigada pela presença de V.Exa.!

Também está presente a Deputada Janete Capiberibe, também extremamente interessada na extensão do saber. Especialmente se dedica, neste momento, à profissionalização das parteiras do Norte do País. A Deputada Janete Capiberibe representa o Amapá.

Somos apenas 45 mulheres nesta Casa, e todas estão envolvidas em boas causas para o desenvolvimento nacional.

Peço aos centros e núcleos dos institutos federais que façam chegar até a nossa Secretaria a informação da presença dos membros dos institutos, para que durante o dia possamos citar todos.

Neste momento, cito a presença de representantes do Colégio Pedro II, o que muito nos honra. O colégio é hoje membro do Conselho de Institutos Federais. Na



peessoa da Professora Vera Maria Ferreira Rodrigues, Diretora-Geral, muito nos honra anunciar a presença do Colégio Pedro II.

Neste momento, franqueio a palavra ao Sr. Getúlio Marques, que representa nesta Mesa a Secretaria Tecnológica do Ministério da Educação.

Agradeço a V.Sa. a presença.

O SR. GETÚLIO MARQUES - Bom dia a todos os presentes.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite e dizer que o tema é muito importante, tanto que vemos o plenário cheio, para um debate que envolve a capacitação tecnológica da população e os nossos institutos federais.

Quero cumprimentar os companheiros que estão fazendo parte desta Mesa, iniciando pela nossa ilustre Deputada Alice Portugal, que tem sido uma grande defensora dessa rede, até como ex-aluna. S.Exa. tem lutado muito pela educação profissional não só na Bahia mas também no País.

Essa luta na Bahia, em particular, é natural. Contudo, quero testemunhar de público a luta de S.Exa. em favor dos dois institutos, com as emendas da Deputada, que passam sempre pela nossa Secretaria. Hoje, com toda essa força, S.Exa. luta para que as escolas da CEPLAC instituam-se formalmente no Instituto Federal Baiano.

Deputada Alice Portugal, quero cumprimentá-la por isso.

Ao meu conterrâneo, Deputado Betinho Rosado, digo que os dois somos da terra do sal: ele de Mossoró, eu de Macau.

Disputamos quem tem mais sal, não é, Deputado?

Nas Comissões de Ciência e Tecnologia, temos sempre acompanhado o trabalho de S.Exa. como norte-riograndense — e, aqui, como brasileiro — e a luta de S.Exa. em favor da melhoria da população e dos recursos para ciência e tecnologia.

Cumprimento a Coordenadora de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho, a Sra. Fátima Rosa — que é também Prefeita de Mossoró —, e a Diretora do Departamento de Ações Regionais, a Sra. Natália.

Quero cumprimentar também meus colegas professores, os atuais reitores, os diretores-gerais dos nossos *campi* e os pró-reitores de extensão presentes.



Neste cumprimento aos pró-reitores de extensão, vi o meu norte-riograndense Wyllys, a quem peço que leve um abraço lá para a minha terra.

Quero cumprimentar também meu companheiro Luiz Caldas, Diretor de Políticas da nossa Secretaria, um dos grandes responsáveis, juntamente com os colegas da rede, pela feitura desse modelo e pela concepção desses institutos.

Luiz, agradeço-lhe por todo esse trabalho que temos feito pelos institutos federais!

Começo dizendo que essa rede federal — e boa parte dos presentes conhece esta estória, mas não me canso de repeti-la —, surge em 1909, por meio do decreto do Presidente Nilo Peçanha. Essa rede é hoje centenária. O Decreto nº 7.566 apresentava essa rede como uma rede que iria consolidar algumas ações que hoje estamos buscando neste seminário. Naquele momento do surgimento da rede, por meio daquele decreto, dirigia-se essa rede para os desvalidos da sorte e da fortuna, que hoje ainda temos em nosso País. E ficamos muito distantes do papel que a rede exerceu naquele momento e o que fazemos hoje. Precisamos voltar a fazer essa aproximação.

Como surge essa rede? Na iminência daquela necessidade de uma rede de educação profissional para o País, para colocar aqueles garotos que estavam fora do ambiente escolar — e que tinham dificuldades — em suas artes e ofícios. Mas ela foi-se desenvolvendo. Digo que essa é uma rede que nunca teve medo de mudanças. De lá para cá, essa rede já se modificou, de acordo com o desenvolvimento econômico e social do País. Fizeram-se as adaptações necessárias para que se mantenha forte como hoje.

Ela se transformou, em um momento, em liceus industriais; depois, em ginásios industriais, incluindo todas as disciplinas propedêuticas, e não mais só uma profissão, uma arte ou um ofício; depois, escola técnica, ainda no chamado nível médio; depois, transformou-se em Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológico, os CEFETs; hoje, são Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ampliando muito mais a sua missão.

Junto com essa rede e com essa nova missão, chega também um conjunto de escolas muito fortes, as Escolas Agrotécnicas Federais, que se integram a essa



rede, juntamente com as escolas técnicas ainda existentes, e transformam esse conjunto nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Podemos não só dizer que, nesse período, esses institutos deram grande apoio ao programa de capacitação tecnológica da população: também os pilares que têm sido desenvolvidos no Ministério da Educação para a educação básica, a educação superior e a tecnológica vão ao encontro de todo esse desenho, de toda essa discussão que estamos tendo, hoje, nesta Casa.

No Ministério, na SETEC em especial, trabalhamos com cinco pilares. Nós não os separamos, não os fragmentamos, seja por sua estruturação física, seja por sua estruturação logística.

Um desses pilares é o ensino público estadual. Há um grande fortalecimento do ensino público estadual, especificamente do ensino médio na rede estadual, que poderá fazer essa abrangência, essa melhoria do ensino médio dentro do programa Brasil Profissionalizado, que destina cerca de 1 bilhão de reais para serem aplicados nos Estados. Nesse programa há um desenho, idêntico ao que trabalhamos nas Comissões da Casa, para os laboratórios, com a obrigatoriedade de laboratórios de Física, Química, Biologia e Matemática nas escolas de ensino médio dos Estados; e, junto com esses, há os laboratórios da educação profissional específica.

Além disso, nesse Programa Brasil Profissionalizado, destinam-se recursos para a capacitação de gestores, de professores, já que, como já foi dito, essa rede, sozinha, não dá conta da grande demanda que temos para o Estado brasileiro.

Portanto, um dos pilares é esse trabalho que vem sendo feito com o programa Brasil Profissionalizado para as redes estaduais de educação.

O segundo pilar, que dará às pessoas, principalmente àquelas com menos recursos, a oportunidade de qualificarem-se, é o chamado acordo com o Sistema S — que não é um sistema propriamente dito, mas tem suas entidades patronais: SENAI, SESI, SENAC e SESC. Tais entidades obrigam-se, por acordo feito com o MEC, numa concessão, numa discussão, numa parceria feita com essas instituições e a Confederação Nacional da Indústria e a Confederação Nacional do Comércio, até 2014, a oferecer gratuitamente para a população 66% das suas vagas, o que equivale a 2/3 das vagas.



Há dificuldade de se fazer o atendimento desse número de alfabetos funcionais mostrado, 80 milhões, o que não será possível nem só com a rede, nem só com os Estados, nem só com o SENAI, mas por meio de outras políticas que venham a adequar-se a essas políticas públicas hoje implementadas pelo Ministério da Educação.

Portanto, referi-me ao primeiro pilar, a rede pública estadual. E também poderão dar suporte a essas capacitações o SESI, o SENAI, o SESC e o SENAC.

Quanto ao terceiro pilar, a expansão da nossa rede federal, deixarei para falar último, por conta deste grande momento por que estamos passando.

Dentro desses três programas, há dois programas especiais — trata-se de logística — que, por si sós, demonstram essa preocupação com o atendimento a essa população. Um deles é o ITEC Brasil, por meio do qual se pode fazer capacitação tecnológica a distância. Já foram criados 250 polos de educação profissional, com o mesmo modelo da OAB. Esses polos permitirão que tragamos para dentro da rede federal pessoas de lugares mais longínquos, a partir do ITEC Brasil, programa do MEC, em parceria com a Secretaria de Educação a Distância.

Esse é outro pilar efetivo. É um pilar de logística, e não de construção ou de obras, mas importante para trazermos a educação a distância para o desenho da capacitação tecnológica da população.

Outro programa não menos importante é o PROEJA, programa que permite que se tragam para a escola pessoas que estavam fora das salas de aula, geralmente que não estão mais na idade escolar. Hoje, elas podem fazer parte de qualquer um dos institutos, de qualquer escola pública ou privada que ofereçam educação, com profissionalização, a jovens e adultos. O PROEJA é outro momento importante da educação brasileira, que traz para a escola aqueles que estavam fora dela, ou por não se sentirem envolvidos com a educação propedêutica, ou por estarem em idade avançada. Trazem essas pessoas para fazer, por exemplo, o ensino médio em idade que não seja regular.

Acreditava-se que haveria dificuldade de acesso a uma universidade ou, então, não haveria condição de acesso ao mercado de trabalho. O PROEJA faz com que jovens e adultos insiram-se no processo de educação. Os que concluíram a educação fundamental poderão fazer um curso de formação e obter certificado,



saindo preparados para o mercado; os que concluíram o ensino médio poderão sair com o diploma de conclusão de curso técnico.

Realmente, esses são programas envolventes do Ministério da Educação. Trazem a população de volta às salas de aula, para a profissionalização. Nós os percebemos sintonizados com a Comissão de Altos Estudos, no sentido da capacitação tecnológica da população.

Quanto à expansão da rede federal, tão falada, que seria um dos pilares mais fortes na educação federal, retoma — como disse a Deputada anteriormente, em seu discurso — um novo modelo não excludente de educação. O Decreto nº 2.208, implementado no Governo anterior, não só separava a educação profissional do ensino médio como também, dentro de sua lógica, ainda fazia, de forma mais perversa, a diminuição da oferta da educação profissional pública, com outra lei que não permitia a ampliação da rede federal.

Essa lei foi modificada, com todo o Congresso fazendo o seu papel de retomar a educação pública ao seu lugar. Em 11 de novembro de 2005, é aprovada essa lei pelo Congresso, lei que foi sancionada pelo Presidente em 18 de novembro de 2005. Essa modificação da lei permitiu a expansão da rede federal.

Essa rede, composta com 214 novas unidades no Governo Lula, começa a ser implementada realmente em 2006 — repito, ela foi sancionada em novembro de 2005. Isso não está sendo feito em oito anos, porque dois anos foram reservados para a modificação da lei. Se começamos em 2006 e terminaremos 2010, serão 5 anos para fazermos a implementação dessas 214 novas escolas.

Junto à implementação dessas novas escolas, era necessário um novo redirecionamento para a educação profissional e tecnológica, mas com o viés de aproximar a população desses novos institutos. Toda a nossa discussão sobre a melhoria da educação profissional e tecnológica passava, naquele período, pela busca de uma excelência na educação profissional e tecnológica, chegando a atuar em todos os níveis da educação, mas não deveríamos perder aquilo que era prioritário para o País: a oferta da educação técnica, ainda necessária para que possamos desenvolver, ainda mais, o nosso Brasil. Daí o reordenamento da rede federal, transformando esse conjunto de escolas em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.



Esse novo desenho veio trazer nova figura para a educação profissional e tecnológica e um novo arranjo educacional que permitiria que todas as modalidades de ensino pudessem conviver, juntas, nesse mesmo instituto, nessa mesma unidade de educação. Com isso, poderíamos trabalhar aquilo que sempre buscamos: qualificar pessoas, mas sem perder de vista a elevação de escolaridade desse pessoal.

Portanto, quando trabalhamos as questões de capacitação tecnológica da população nos institutos, nessa rede e na política do Governo Federal, há toda essa percepção de que não podemos trabalhar a qualificação de forma isolada. É importante que a qualificação se dê de forma isolada. Então é importante que a qualificação se dê sempre buscando a elevação de escolaridade.

Então, todos os atuais programas em que se trabalha a educação profissional e tecnológica do País buscam tentar trazer o trabalhador para um processo de estruturação, de sua qualificação, mas em perder de vista a elevação da sua escolaridade.

Que outro programa temos dentro do Ministério da Educação e na nossa Secretaria que busca trazer esse desenho e dar oportunidade para que mais trabalhadores possam ter acesso à educação? Na Diretoria de Políticas, que o Professor Luiz Caldas coordena, o programa Certifique.

É um programa que está sendo implementado para que possamos fazer a certificação de pessoas. Aquelas pessoas que já têm um conhecimento prévio, aquelas pessoas que já são profissionais, mas que não tiveram o direito de participar de uma instituição formal. Então, temos também esse grande projeto que está sendo trabalhado dentro da nossa Secretaria, coordenado pelo Luiz Caldas e que busca também fazer a elevação da escolaridade da população.

Então, nós lembramos que, para que isso seja possível, precisamos fazer agora um novo enlace, ou seja, nós precisamos voltar àquele período em que tínhamos essa vocação de trabalhar com as populações de baixa renda. E como fazer agora esse *link* entre o que fazíamos em período pretérito e aquilo que fazemos hoje com essa nova vocação dos institutos federais?

Eu diria que nós vamos ter que fazer esse novo desenho voltado para as necessidades do povo brasileiro, mas que os nossos institutos estariam preparados



para fazer toda essa política de extensão que está sendo desenhada aqui e pelo projeto de lei que está sendo preparado pelo Governo.

O tempo é pequeno, curto, mas nós vamos dar oportunidade de os outros falarem e prepararmos aqui os debates futuros e responder alguma pergunta que possa ser feita. Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito obrigada. A fala de Getúlio é altamente esclarecedora e informativa também.

Neste momento eu gostaria de franquear a palavra à Sra. Natália Gedanken, Diretora do Departamento de Assuntos Regionais da área de informação do Ministério de Ciência e Tecnologia. SECIS?

A SRA. NATÁLIA GEDANKEN - Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS).

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Com a palavra a professora Natália.

A SRA. NATÁLIA GEDANKEN - Muito obrigada. Bom dia e boa tarde a todos. Gostaria de parabenizar, em especial, o Deputado Ariosto Holanda, que tem sido o esteio, o guia, o farol dessas ações no campo da extensão.

Este evento representa um marco nessa discussão, um marco para o desenvolvimento dessa questão, para implantação e implementação em especial de estratégias e de diretrizes de ação para, não só o Ministério da Ciência e Tecnologia, como para o nosso *cluster* de Ministérios — o da Educação, o Ciência e Tecnologia, o do Trabalho, o das Comunicações e outros tantos que possam vir integrar esse esforço —, aliando também, como o colega já falou, ao Sistema S, enfim, a sociedade privada, as entidades produtoras, as empresas, etc.

Eu gostaria de expressar que nós temos, vamos dizer, a área meio, a área de propostas educacionais, de linhas a serem seguidas na parte da capacitação das estratégias de implantação já praticamente dominada.

Em se tratando de desafios, eu diria que o maior desafio hoje, para nós, é a questão do nosso quadro, do nosso cenário mundial e nacional relacionado aos grandes conglomerados, às fusões que têm ocorrido neste século. Isso já vem do século passado, estreitando as oportunidades de emprego, e também gerando uma necessidade para que essas oportunidades de emprego sejam cada vez mais



especializadas, mais direcionadas e mais específicas. Acho que essa luz é que deveria nos guiar nessa proposta, na implantação desse arranjo institucional, para que possamos nos desincumbir bem dessa missão.

Acho que treinar a capacidade de quem não teve oportunidade, quem está aí à beira do mercado de trabalho, que muitas vezes é um mercado meio difuso, é fundamental. Mas acho que precisamos dominar com mais detalhe, pesquisar melhor, formatar um quadro efetivo. Quanto a isso, podemos contar com uma ajuda grande do Ministério do Trabalho, que já deve ter isso provavelmente bem estruturado, mostrando onde estão realmente os grandes gargalos em termos de emprego, e não só o emprego básico, tais como mecânicos, eletricitas, e etc. precisamos criar expertise da expertise para nosso povo brasileiro, porque normalmente quando as empresas se instalam aqui, geralmente a demanda é por — não menosprezando — mecânicos, eletricitas e etc. São todos necessários, mas podemos galgar um nível superior. E acho que com essa estruturação dessa rede de institutos federais nessa perspectiva da Ciência e Tecnologia e da inovação, poderemos galgar um nível de qualidade da educação mais ajustado à demanda de mercado.

Acho que o nosso grande desafio hoje, falando em termo da ciência, da tecnologia e da inovação, está voltado para a governabilidade, para a soberania do nosso País, e exatamente no contorno desse binômio emprego/desemprego.

Então, eu queria deixar essa mensagem como uma proposta de reflexão, uma proposta de encaminhamento. Se a Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, a Comissão de Educação e Cultura e outras quiserem nos acompanhar nesse processo, e acharem interessante, podemos dar continuidade a este debate, porque acho que só com conhecimento exato dessa dinâmica mundial, dessa dinâmica de desenvolvimento da América Latina e etc., poderemos chegar a um bom final e uma boa conclusão, o que seria relevante para nossos cidadãos brasileiros.

Eu passarei apresentar o que nossa Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do MCT tem feito na área de extensão.

Estamos realmente iniciando um esforço bastante movido pelo estímulo da dinâmica econômica e social deste País e também por vários estímulos, vários



apoios que temos recebido das Comissões aqui do Congresso, do Deputado Ariosto Holanda, do nosso Ministro, e do grande empenho do nosso Secretário Joe Valle, que pediu que transmitisse a vocês as 2 grandes bandeiras de luta: a primeira é que estamos trabalhando fortemente na linha de integração com os institutos federais e os demais órgãos em especial com foco nos CVTs, que, por consequência, também darão suporte a um novo modelo, que passarei a apresentar aqui no *power point* para vocês, de convergência social. É reunir todos os esforços que estão sendo feitos pela SECIS, de forma interligada, via tecnologia da informação. Mas vou detalhar isso logo em seguida.

A outra mensagem é que estamos trabalhando fortemente também pelo fundo de extensão no âmbito do Congresso, para obtenção de recursos que possam financiar as bolsas de extensão, via CNPq.

Eu pediria agora para iniciar a apresentação de algumas ações e diretrizes que temos em termos da SECIS.

Nossa missão teve finalidade de promover a inclusão social através de ações que melhorem a qualidade e estimulem a geração de emprego e renda e promova o desenvolvimento sustentável. E isso tudo é baseado no PACT, voltado para a popularização da ciência, aperfeiçoamento do ensino, tecnologia e inovação para inclusão em função do desenvolvimento social. E temos dois eixos prioritários de trabalho: desenvolvimento e difusão de tecnologia para o desenvolvimento social, e difusão e popularização da ciência; cada um deles se abre em várias ações e programas.

Aqui, trouxemos algumas ações que estão sendo realizadas por programa: centros vocacionais tecnológicos, modelo em construção; temos hoje 306 CVTs implantados e temos uma parceria forte entre o FINEP e o MEC para esse trabalho.

Divulgação científica e tecnológica. Estamos na 6ª edição da Semana Nacional de CIT, com foco no tema Ciência no Brasil; temos expectativa de envolver 600 Municípios nesse evento; temos a Olimpíada Nacional em Ciências, um edital que está sendo preparado de 2 milhões, com foco regional e nacional; e a V Olimpíada de matemática das escolas públicas, isso em construção também.



Segurança alimentar e nutricional; implantação de 2 núcleos de pesquisa e extensão de segurança alimentar e nutricional para a inclusão social, Universidade Federal do Paraná e Fundação Oswaldo Cruz, Brasília.

Apoio à pesquisa e inovação e extensão tecnológica. Esse programa é bastante amplo e envolve vários tipos de assunto como APLs, tecnologias sociais, tecnologias assistivas. Aí vocês têm alguns destaques de algumas áreas: tecnologias de resíduos, que foi criada recentemente no âmbito da SECIS.

Arranjos produtivos locais, algumas iniciativas estão já sendo finalizadas e outras em andamento. APL de mineral; APL de mandioca e citrus, APL cajucultura; ovino-caprino, etc. Estão em curso o edital, via FINEP e MCT, e também um edital com o CNPq para atender a essa área.

Esse é programa basicamente voltado para a cotonicultura, no semi-árido, já temos esses principais resultados, e foi um programa que contou com uma grande e massiva participação dos produtores.

Pesquisa e desenvolvimento agropecuário. Temos alguns editais do CNPq; 12 projetos de ações diretas de inclusão, com Orçamento ordinário da União.

Esse edital foi lançado este ano e foi conformado juntamente à Presidência da República para implantação de 300 centros de inclusão digital em territórios rurais; e também 100 projetos de desenvolvimento e tecnologias sociais em contextos produtivos.

Esta aqui é uma visão global dos recursos, do crescimento do Orçamento, embora parco, mas significativo; são 404 milhões para 2009, em execução; e 364 em 2008; e 217, em 2007. Portanto, houve um pequeno avanço na questão dos recursos.

Este gráfico indica a composição dos recursos para diferentes áreas, em 2009, como a inclusão digital, o APL e o CVT. V.Exas. podem verificar que a composição de recursos é significativa; mesmo em termos de valores absolutos, não é um valor extremamente elevado por se tratarem de recursos ordinários da União para a SECIS.

Esta a composição dos recursos oriundos de emendas: as emendas de Comissão, as emendas de bancadas e as emendas individuais. Vemos uma composição bastante intensiva na parte de inclusão social, que hoje não é apenas



um investimento em telecentros; é um investimento também voltado para as cidades digitais, governos eletrônicos, já com investimentos um pouco mais elevados e também a convergência social, que é feita por banda larga, basicamente no Programa Cidades Digitais.

Este é um gráfico geral sobre as emendas individuais, emendas de Comissão e emendas de bancada.

Como V.Exas. podem notar, o recurso expressivo da SECIS é oriundo de emendas, o que, de certa forma, por um lado, é interessante, até porque ... Queria até parabenizar a classe, porque já existe um melhor entendimento do que é esse Programa de Inclusão Social na perspectiva da ciência e tecnologia. Isso nos auxilia, de certo modo, para poder atender à demanda nesta área. Acho que ainda precisa ser melhor aperfeiçoado esse processo, principalmente na hora das emendas. Queria até fazer um apelo aqui para que, por favor, os Parlamentares entrem em contato com a nossa equipe e da SECIS, para que possamos orientar melhor, aprofundar as diretrizes com as equipes, com os assessores.

Esta parte é a inclusão social. Alguns projetos que estão em curso também Um grande programa que temos é o Inclusão Digital, como já expliquei, temos um acordo grande com o Ministério da Justiça, com o PRONASCI. Estamos executando o programa de inclusão digital com o PRONASCI, por cooperação, com o Ministério da Justiça e diretamente temos 26 projetos em andamento.

Este é um conceito do que estamos chamando de convergência social. É verificar. Vamos pegar um determinado território, estamos trabalhando em cima dos territórios da cidadania. Em cima disso verificamos qual é a disponibilidade de equipamentos, de infraestrutura, e procuramos otimizar o que já está naquele determinado território, seja do MCT, do MEC, do Ministério das Comunicações, e assim por adiante, de forma a otimizar e até, por vezes, transformar a funcionalidade de alguns equipamentos, por exemplo, como de inclusão social. O de inclusão social, já temos algumas experiências que eles se transformaram em pasta de serviço, também gerar emprego, pasta de serviço de atendimento na marcação de consultas, documentos, enfim, e também pontos de cidadania, que é um segmento também que estamos perseguindo, no sentido de integrá-lo fortemente às ações da SECIS.



Este é um modelo de infraestrutura de conexão em banda larga para acesso à Internet, que é o que vai fortalecer esse trabalho de convergência social e criar uma infraestrutura que possibilite os trabalhos.

Aqui são algumas alternativas para Governos Municipais, instituições de ensino, telecentros, etc., as vantagens. É possível fazer uma interligação entre o Governo, entre os órgãos que trabalham com a inclusão social, e basicamente democratizar a informação e otimizar a infraestrutura e os investimentos realizados num determinado território..

Esse é um outro desenho, bem em cima das nossas ações na SECIS: estão envolvendo o CVT como centro, a Inclusão Digital para fazer o link e a saída seria o arranjo produtivo local, que é o que real e concretamente passa a inserir as pessoas no mercado de trabalho, com renda.

Este aqui é um quadro de investimento na extensão tecnológica. Para vocês terem uma idéia, até 2008 a previsão era de 401 milhões. Com relação a estes investimentos, é um quadro em síntese, desde 2003 a 2008, quando a SECIS teve a maior interação, exatamente na perspectiva de inclusão social, no arranjo produtivo, no CVT, no desenvolvimento social e popularização, inclusão digital, segurança alimentar, tecnologias sociais e assistidas.

Os projetos apoiados pela SECIS dentre os 3.741 projetos apoiados pelo MCT envolvendo, FINEP, CNPq, a SECIS, claro que com apoio dos fundos setoriais, desenvolveram-se 2.559 projetos nesse período de 2003 a 2008, ou seja, uma média anual de 510 projetos.

Por fim, temos uma parceria com o Instituto Cidadania e estamos lançando o Prêmio Cidadania sem Fronteiras, que tem a ver com essa área de extensão.

Então, quem quiser participar poderá buscar o Instituto Cidadania e apresentar seu trabalho.

Obrigada , estou à disposição.(*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Queria agradecer à Sra. Natália, que nos trouxe esse conteúdo importante do Ministério de Ciência e Tecnologia, dando a oportunidade de fazemos essa interação e realizações dos diversos setores promovidas pelos diversos agentes de Estados.



Eu queria pedir desculpas, porque infelizmente não pudemos desligados luzes em função da transmissão televisiva, mas acredito que todo mundo tenha conseguido acompanhar os dados que o Ministério da Ciência e Tecnologia nos trouxe.

Por último, queremos passar a palavra à Sra. Fátima Rosa, Coordenadora de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego.

Antes, registro a presença, com uma representação numerosa, em torno de 50 participantes, o Instituto Federal de Brasília. Meus cumprimentos a todos os seus membros presentes em nosso Seminário.

Com a palavra a senhora Fátima Rosa.

A SRA. FÁTIMA ROSA - Quero agradecer, em nome do Ministério do Trabalho e Emprego, a oportunidade de estar presente neste painel e cumprimentar os nossos colegas de Mesa, por meio da Deputada Alice Portugal, que tão bem comanda este painel.

Quero começar dizendo o seguinte. No que se refere a essa questão da extensão tecnológica, há uma discussão antiga entre o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério de Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação, para colaboração mútua no que concerne é educação profissional, científica e tecnológica, por meio de apoio a projetos que contribuam para o uso de tecnologias sociais na atividade de extensão tecnológica, de acordo com o programa de expansão da rede federal, implementação dos institutos federais do Ministério da Educação, com programa o de tecnologias sociais do Ministério da Ciência e Tecnologia e com o programa de qualificação social e profissional do Ministério do Trabalho.

Quer dizer, nós já estamos nesse trabalho, de definir um acordo ou uma maneira formal de estarmos trabalhando juntos, para que a gente possa fazer um trabalho efetivo de maior qualidade.

Nessa visão dos desafios da extensão tecnológica, esse acordo interministerial tem o objetivo do desenvolvimento de ações conjuntas, voltadas para a melhoria da qualidade da educação profissional, científica, tecnológica, mediante operacionalização de atividades comuns e de apoio a projetos que contribuam para



o uso das tecnologias sociais nas atividades de extensão tecnológica, de acordo com o programa de extensão dessas redes.

Então, é aproveitar o que cada um dos Ministérios está trabalhando com a implementação desses institutos federais, que agora cada vez mais está dentro dessa questão da expressão tecnológica. As atividades previstas nesse acordo que nós estamos desenhando contemplam a produção e distribuição de material didático que aborde o tema de tecnologia social nas atividades de extensão tecnológica.

Apoio técnico e cooperação mútua na realização de eventos científicos e educacionais, como exposições, mostras científicas e eventos similares. Apoio técnico, visitas ao alcance do objetivo proposto nesses programas em ações de inclusão da tecnologia social na extensão tecnológica.

Apoio a programas e ações voltadas para a formação e aperfeiçoamento de docentes no tema da tecnologia social. Elaboração e disseminação de estudos e pesquisas nas áreas de educação e de tecnologia social. Apoio técnico e cooperação na realização de todos esses seminários, simpósios, eventos similares sobre tecnologia social e extensão tecnológica, realização de editais, chamadas públicas ou encomendas em ações comuns relacionadas à finalidade dos Ministérios.

Apoio técnico, cooperação no desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais, em particular aquelas ligadas à melhoria das condições educacionais ambientais e de saúde. Apoio técnico e cooperação no fomento à pesquisa desenvolvimento e uso de tecnologias sociais na extensão tecnológica. É importante dizer que nós estamos envidando nossos esforços para que isso aconteça.

Eu gostaria de ressaltar que, nós, no Ministério do Trabalho, sabemos que a capacitação profissional não estimula a criação de oportunidades de emprego, mas prepara o trabalhador para as oportunidades existentes no mercado de trabalho, principalmente as que não são preenchidas por falta de trabalhador qualificado.

Essa é uma realidade identificada, inclusive nos postos de intermediação de mão de obra espalhados em todos o Brasil, também financiados por esses recursos que o Ministério está querendo somar a esse trabalho conjunto entre os Ministérios, que são oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.



Então, toda essa possibilidade de estarmos trabalhando para o desenvolvimento da extensão tecnológica, na qualificação para inclusão digital, para inclusão social, que é uma questão muito trabalhada no Ministério do Trabalho, ainda encontra vários desafios.

Nesse acordo, ao Ministério do Trabalho cabe a articulação no que concerne à educação profissional e à certificação. Quando falamos em educação em termos de Ministério Trabalho, nós falamos em qualificação, porque temos aí esse desafio de atender ao mercado de trabalho. Porque nós não podemos, dentro do Ministério do Trabalho e Emprego, fazer a qualificação que não seja para sua imediata inserção no mercado de trabalho. O grande desafio que ainda temos é que estamos sempre atrás do mercado de trabalho. Não há como fazermos uma prospecção. Acredito, talvez, que esse acordo nos possa colocar a essa frente de atender de maneira qualitativa e da forma que o mercado está exigindo, para que vençamos o grande desafio do desemprego.

Outro grande desafio: Quando falamos em qualificação tecnológica, esbarramos especialmente na população de baixa renda, nosso público vulnerável, com baixa escolaridade, o que dificulta o alavancar dessa aprendizagem digital, aprendizagem para uma nova ocupação.

Dentro do Ministério do Trabalho, cabendo esta articulação, o departamento de qualificação sugere a inclusão de um novo item, citando a possibilidade de apoio técnico, operação, para estabelecimento de programas institucionais de certificação profissional e formação inicial e continuada da educação profissional tecnológica como ação complementar à qualificação propriamente dita.

Estamos trabalhando toda esta questão, e existe desde 2003 no Ministério do Trabalho, no Plano Nacional de Qualificação, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

O Plano Nacional de Qualificação, sob a gestão do MTE, transcende a concepção tradicional e restrita de formação profissional, estruturando-se sobre uma concepção mais ampla que concebe a qualificação social e profissional como formação integral e cidadã do trabalhador brasileiro.



Toda nossa qualificação tem o Módulo Cidadania, que resgata até um pouco dessa autoestima, quando falamos em população de baixa renda, nosso público vulnerável.

Nesse sentido, a população pública de qualificação social e profissional desenvolvida pelo Ministério do Trabalho é uma totalidade que articula momentos diferenciados de interrelacionados de estruturação, articulação, ações finalísticas de qualificação, de certificação profissional e de desenvolvimento de metodologias e tecnologias de qualificação social e profissional, ações, meios de planejamento, monitoramento, avaliação, estudos e pesquisa e ações políticas institucionais de articulação com agentes sociais, privados e governamentais, dos campos da educação, qualificação, certificação e orientação profissional em âmbito nacional e internacional. É uma integração desses 3 momentos que constitui a política pública de qualificação do Governo Federal por meio do Ministério do Trabalho e Emprego.

Finalizo minha fala, mostrando que neste momento o Ministério do Trabalho e Emprego trabalha em 2 grandes ações que podem ser somadas a todos nossos trabalhos, fontes de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, recursos estes pelos quais hoje se luta para que seja maior.

Para qualificação e capacitação profissional, tecnológica, temos repasse de recursos para Estados e Municípios acima de 200 mil habitantes, repasses de recursos, ou por meio de convênios com entidades sem fins lucrativos que fazem qualificação profissional e também uma ação interessante, que é própria para este momento, que é o que chamamos de Projetos Especiais de Qualificação. Para tal, temos recursos também do FAT para desenvolvimento tecnológico, novas metodologias de ensino, porque sabemos que lidar com o público de baixa renda, público vulnerável, volto a dizer, porque também há outras condições dentro dessa definição desse público, a dificuldade da aprendizagem. O desenvolvimento de novas metodologias e novas tecnologias de aprendizado é um desafio muito grande. Não basta que coloquemos essas pessoas em sala de aula; elas têm uma dificuldade de permanência, principalmente da alavancagem desse conhecimento.

Especificamente para a tecnologia da informação, inclusão digital e desenvolvimento de programas, de *software*, nós temos programadas para empenho este ano em torno de 10 milhões de reais para a contratação, o conveniamento com



entidades sem fins lucrativos, a fim de vencemos um pouco esse desafio da inclusão digital, dentro desse programa de conveniamento diretamente com entidades sem fins lucrativos.

Assim, de fato, terminando minha fala, deixo neste painel alguns desafios da profissionalização da população vulnerável, e, como estamos falando aqui, de baixa renda, no nosso País.

Primeiro, a integração de ações federais, de programas de qualificação, capacitação e informação, desenvolvidas pelos Ministérios, respeitando suas competências.

Segundo, a integração das ações de educação e formação nos níveis estaduais e municipais, possibilitando assim o desenvolvimento e a implementação da extensão tecnológica, na produção da profissionalização e certificação, com elevação da escolaridade.

Esse é o nosso grande desafio nosso. Recursos, temos onde buscar; agora, as metodologias, ou melhor, a tecnologia dessa aprendizagem para atender nosso público, em qualquer forma de qualificação, de reposicionar nossa população no mercado, no seu ambiente de trabalho, é que é um dos grandes desafios nossos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Agradeço à Sra. Fátima Rosa, pela apresentação.

Segundo os organizadores do evento, nós precisaríamos abrir espaço agora para as perguntas escritas, porque não haverá tempo para a verbalização das mesmas. Quem tiver perguntas a fazer pode entregá-las. São 2 companheiros que estão recebendo as perguntas no plenário. É só acenar. Há um de cada lado.

Eu quero registrar e agradecer pela presença do Instituto Federal do Sertão Pernambucano; do Diretor-Geral do *Campus* Floresta, José Valdéri; do Diretor-Geral do *Campus* Petrolina, do *Campus* Salgueiro, Ouricuri, e também da Extensão da Reitoria do IFET Sertão de Pernambuco. Então, Denise Freire representa essa Extensão.

Os outros, anunciem-se. É bom que o Brasil saiba da presença de vocês.



Há uma pergunta, e eu já vou pedir, portanto, a atenção de vocês 4, porque haverá uma rodada apenas, de respostas e considerações finais, em função do tempo.

Há uma pergunta que é uma verdadeira tese, mas vamos lá. Na verdade, envolve reflexões e perguntas:

“Agradecendo à Mesa pelas apresentações, gostaria de inserir alguns pontos para reflexão e debate.

Considerando a temática do fórum, como os debatedores veem a agenda de inclusão social na pasta da ciência e tecnologia? Como os demais debatedores veem a inclusão social na pasta da ciência e tecnologia, não apenas como extensão tecnológica, oriunda da academia e dos institutos de pesquisa, mas, sobretudo, no papel de resgatar a ciência e saberes e tecnologias sociais dos povos tradicionais das florestas, cerrados, caatingas e campos brasileiros?”

Então, como é que veem o projeto, a agenda de inclusão social, na ciência e tecnologia, não apenas como extensão tecnológica, mas, sobretudo, no papel de resgate do conhecimento, digamos, do notório saber da sociedade brasileira.

“Seria importante agregar à discussão não apenas naquilo que os Entes Federativos organizados têm devolvido à sociedade e ao processo de inclusão cidadã, o que é bem relevante, mas, também, o que vem sendo feito na contramão, como feedback, na retroalimentação do modelo de ciência e tecnologia e inovação nacional?”

“Qual a opinião — e a pergunta vai no mesmo sentido, portanto — e o testemunho dos palestrantes em relação a ações federais que fazem a identificação, a prospecção, o fortalecimento e o aprimoramento das tecnologias, da sociedade informal, baseados nos saberes tradicionais, permitindo que esses sejam inseridos nas instituições e na academia, de forma a



legitimar a inclusão social e a revitalizar os processos convencionais de ciência e tecnologia. Obrigado. Wagner Fischer.”

Então, eu peço que vocês anotem.

Bom, estamos aqui com mais perguntas. Vamos lá.

Eu as formularei e logo depois a Deputada Janete Capiberibe já está inscrita.

A Deputada Janete Capiberibe é a única presente. Nós a ouviremos, mas antes eu farei a leitura, para que os palestrantes se organizem e até dividam entre si as respostas.

Ah, há mais um Deputado aí. Desculpe-me. Eu não o havia visto. Então, Deputado Eliene Lima, você, logo depois. O.k.?

Vamos lá, então. Essa primeira pergunta é o *feedback*: “*A academia está fazendo pela sociedade, e o que faz para retroalimentar com o notório saber.*”

Quero registrar a presença do Instituto Federal Goiano, através da Pró-Reitoria de Extensão e representante do *Campi* de Ceres, Morrinhos, Rio Verde e Urutaí.

Bom, uma pergunta para o Professor Getúlio. Para o senhor explicar mais sobre o programa *Certifique*.

“*Quais recursos estão sendo acionados na direção de valorizar os profissionais que atuam nas instituições?*” — recursos é com o MEC, viu.

Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, com representantes dos *Campi* de Rio Pomba, Muriaé, Juiz de Fora e Barbacena.

Perguntam: “*Como se pretendem qualificar os recursos humanos para essa extensão tecnológica?*” A bola está com o Professor Getúlio.

“A execução financeira de ações e projetos de extensão esbarra numa legislação que engessa as fundações de apoio nos institutos federais, tanto na captação quanto na execução dos recursos. Quais ações estão sendo desenvolvidas pelos 3 Ministérios, para avançar nas PPPs e na adequação da legislação vigente, a fim de tornar céleres os processos de gastos?”



Pergunta do Professor Marco Antonio Juliatto, Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional.

Para os 3 representantes do MEC, Ministério do Trabalho e Emprego e Ministério de Ciência e Tecnologia, e eu peço a liberdade de incluir a visão dos senhores e senhoras sobre o projeto de fundação estatal, que nesta Casa chegou com dois artigos e foi transformado num projeto que inclusive amplia para educação técnica e tecnológica a possibilidade de essas fundações serem certificadas para atuar na área. Fundação estatal de direito privado.

Para o Ministério do Trabalho e Emprego: *“Qual o caminho mais curto para acrescentar projetos especiais?”* Ministério do Trabalho e Emprego, por gentileza.

Para o Deputado Betinho Rosado:

“É fato que o êxodo rural está ligado à falta de estrutura educacional e emprego nesse meio. Fortalecendo esse déficit educacional no interior, estaríamos resolvendo outros problemas. As concentrações populacionais entre cidade e campo são desproporcionais. Quais programas estão sendo pensados, priorizando a área rural?”

Na verdade, é tratando o aspecto do déficit educacional, relacionando-o ao êxodo rural. Ângela Monteiro fez a pergunta.

Mesa: *“Quais são as ações no setor de formação profissional na área florestal, na Amazônia, decorrente das demandas das concessões florestais para o manejo florestal sustentável?”*

Pergunta de Marcelo Scipioni. Serviço Florestal Brasileiro.

E mais, para o Sr. Getúlio: nós, do Instituto Federal do Sertão Pernambuco, estamos sendo muito requisitados por profissionais da região querendo certificar as instituições. Sabemos que o Instituto Federal do Rio Grande do Norte já faz alguma certificação. O que tem privado de normatização, o que tem sido feito de monitoração na SETEC para dar respostas nessa área?

Pergunta de Araújo, do Instituto Federal do Sertão Pernambucano: o cenário do País é de grandes necessidades de capacitação profissional tecnológica e de inovação, principalmente no segmento dos arranjos produtivos. Enfim, por que os 3



Ministérios não desenvolvem uma pesquisa estruturada para que possamos traçar ações conjuntas?

Isso já foi falado, mas é importante reforçar; o Ministério do Trabalho já falou bastante dessa ação multidisciplinar e interministerial. Talvez fosse o caso de ouvirmos os dois outros Ministérios sobre essa ação interministerial.

Enfim, eu gostaria de chamar a Deputada Janete Capiberibe para fazer uso da palavra. Pediria a S.Exa. que tente usá-la em torno de 5 minutos. Logo a seguir, falará o Deputado Eliene Lima.

A SRA. DEPUTADA JANETE CAPIBERIBE - Obrigada, Deputado Alice Portugal, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura.

Minha saudação à senhora, ao Sr. Getúlio Marques, representando o Ministério da Educação e Cultura; à Sra. Natália Gedanken, representando o Ministério de Ciência e Tecnologia; à Sra. Fátima Rosa, que representa o Ministério do Trabalho, e ao Deputado Betinho Rosado. Quero parabenizar a todos pela realização de tão importante evento para a Nação brasileira, para a juventude. Minha saudação às Sras. e aos Srs. Deputados presentes, professores, estudantes, debatedores, reitores de universidades.

Aproveito para fazer o registro da presença do Prof. Emanuel Alves de Moura, Reitor do Instituto Federal do Amapá, ainda em implantação. São 2 CEFETs que vão começar a ser implantados no Estado.

Deputada Alice Portugal, vou usar a palavra me atendo ao texto que tenho aqui no papel para ser fiel ao tempo.

Desde a infância, a navegação faz parte da minha vida, como faz na do cotidiano de cada ribeirinho da Amazônia. Os rios são nossas ruas e os barcos as nossas bicicletas, carros e ônibus. É o nosso meio de transporte mais importante. Praticamente para tudo precisamos do barco.

No ano passado, aconteceram vários acidentes de barco na Amazônia. Morreram mais de 80 pessoas. Neste ano, já aconteceram 3 acidentes graves e outras dezenas de acidentes de menor porte, muitos dos quais nem chegam ao nosso conhecimento e dos órgãos de fiscalização oficiais.

Paradoxalmente à importância da navegação na Amazônia, não há na região nenhuma formação tecnológica em construção e navegação fluvial. Aliás, em um



país que tem mais de 5 mil quilômetros de costa e milhares de quilômetros de rios navegáveis, só contamos com duas escolas para formar navegadores: uma, no Rio de Janeiro e, outra, no Maranhão.

Dentro do Governo Federal não há uma política específica para a navegação na região, uma política para atender à necessidade dos transportadores de cargas e passageiros. O pescador e o produtor local transportam sua família e sua produção em embarcações menores.

Por isso, no ano passado, na Presidência da Comissão da Amazônia, fui procurar o Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, pedindo para ele criar um grupo de trabalho para elaborar uma política de navegação fluvial para a Amazônia. A sugestão foi aceita prontamente, felizmente. Ao mesmo tempo, comecei minha peregrinação dentro do Governo Federal para levar uma escola de navegação e construção naval para o Amapá e, pelo menos, uma em cada um dos 9 Estados da região amazônica.

Já me reuni diversas vezes com o Prof. Eliezer para tratar disso. Estive com o Ministro Sérgio Rezende, da Ciência e Tecnologia, e conversei com o Secretário Joe Valle, que aqui estão representados. A construção artesanal naval tradicional, milenar precisa ser valorizada, consolidada e envolvida na moderna tecnologia naval. O IPHAN está fazendo um trabalho importante de resgate dessa tradição na comunidade de Elesbão, no Município de Santana, no Amapá.

Para esse aprimoramento tecnológico, considero fundamental a presença e o papel desempenhado pelo Instituto Federal de Educação e Tecnologia do Amapá. É por meio dele, e dos demais na região amazônica, que faremos surgir novos construtores e operadores da navegação com grande capacitação técnica e intelectual.

Aqui, na Câmara dos Deputados, estou organizando a Frente Parlamentar para Navegação na Amazônia, que vamos lançar em breve. É um grupo político dentro do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal, que vai, politicamente, dar suporte às outras instâncias do Governo Federal, ao grupo de trabalho do Ministério dos Transportes que debate este importante tema: a navegação fluvial na Amazônia.



No dia 24 de abril, em Macapá, Capital do Amapá, realizamos uma das reuniões do grupo de trabalho da navegação fluvial na Amazônia, que acredito tenha sido uma das mais significativas. Na Carta do Amapá, saída dessa reunião — e vou entregar uma cópia a cada membro da Mesa —, foi reafirmada a importância da implantação de uma escola de construção em navegação fluvial em cada um dos Estados da Amazônia.

Por isso, peço aos senhores que, a despeito das dificuldades que se possam apresentar, considerem a importância da educação em navegação e construção naval nas políticas dos Ministérios aqui representados — Educação, Ciência e Tecnologia e Trabalho — e da Câmara dos Deputados.

No Amapá, por exemplo, não havia nenhum instituto federal de educação tecnológica e agora haverá 2 *campi*: um em Santana, o segundo maior município, e outro na Capital Macapá, que concentra 75% da população do Estado.

Sob esse cenário, o Poder Público deve muito ao povo do Amapá e já chega atrasado na Amazônia. Aqui eu me associo àquele povo, como representante política do povo do meu Estado, com uma representação que já poderia ter avançado, quiçá, muito mais nesse assunto e que virá beneficiar as populações da nossa região.

Quero dizer, Deputada Alice Portugal, que essa parte política que abro neste importante fórum de debates — agradecendo a compreensão de todos que aqui estão participando, dos cientistas que aqui estão querendo respostas aos seus questionamentos — eu o faço em função de que a Amazônia representa 61% do País e tem uma extensão considerável de navegação fluvial. A vida lá dentro gira em torno da ciência e tecnologia. Essa extensão tecnológica necessita se juntar ao saber tradicional das populações locais que estão, de qualquer maneira, se virando, fabricando embarcações de todos os portes, navegando, independente da nossa ação mais científica e tecnológica. Então, esse é um apelo que deixo.

Muito obrigada, Deputada Alice Portugal. Nossas desculpas, pois, como amazônidas, somos muito pacíficos: aguardamos, ficamos à beira do rio olhando a tarde cair, o dia chegar, mas chega uma hora em que temos que agir.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito bem, Deputada Janete Capiberibe.

Gostaria de chamar, para fazer seu pronunciamento, o Deputado Eliene Lima, que estava ali — esse sim, reservado, eu não tinha visto — ao qual peço desculpas.

Enquanto S.Exa. se dirige ao microfone, queria informar a presença do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás na pessoa do Sr. Reitor Paulo César Pereira e demais pró-reitores e diretores.

Estamos recebendo agora as últimas perguntas. Enquanto o Deputado Eliene Lima fala, nossos debatedores vão se preparar para as respostas, que são muitas.

O SR. DEPUTADO ELIENE LIMA - Boa tarde a todos e a todas. Saúdo a Deputada Alice Portugal, Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura; o Prof. Getúlio Marques, a Diretora Natália, coordenadora também do Ministério do Trabalho; o Deputado Betinho Rosado; todos os reitores, na pessoa do Presidente do Conselho de Reitores, Prof. Paulo César Pereira, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; o reitor do meu Estado, Prof. José Bispo; os nossos companheiros de Mato Grosso, Diretor Darlon Alves de Almeida, de Campo Novo do Parecis; o Diretor Leone Covari, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; João Vicente, de Cáceres; e Elson; saúdo ainda todos os professores, alunos e cientistas que participam deste fórum extremamente importante.

Tenho a satisfação de falar todas as vezes que participo dos eventos relativos ao ensino profissionalizante pois, dos 513 Parlamentares, sou o único professor de um Instituto Federal. Sou professor do Instituto Federal do Mato Grosso desde 1981. De lá para cá, fui Vereador, 3 vezes Deputado Estadual e, agora, Deputado Federal. Sou comprometido com o ensino profissionalizante, com sua expansão e com os temas inerentes ao nosso Instituto.

Saúdo a iniciativa deste evento porque, realmente, precisamos buscar, como disse aqui a Deputada Janete Capiberibe, a percepção das nossas realidades e das nossas peculiaridades.

S.Exa. falou aqui sobre o Amapá, e tenho uma série de sugestões também para o meu Estado Mato Grosso, assim como cada um dos reitores, diretores que aqui comparecem tem também a preocupação de trazer as principais necessidades



e urgências dentro dos seus Estados. Vejo agora um colega meu, ex-professor, Paulo Veiga, que trabalhou comigo em Cuiabá, e hoje está aqui participando, representando o Estado de Santa Catarina.

Há alguns dias, numa reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Ensino Profissionalizante, tivemos oportunidade de, juntos com o Prof. Eliezer, reforçar aquela meta do Presidente Lula de chegarmos a mil institutos, não no mandato de S.Exa., mas num prazo de alguns anos, o que é extremamente importante.

Não tenho dúvida de que foi tarde, mas veio a tempo de buscarmos, Leone, dentro dessa expansão, só durante o Governo Lula, 214 novas escolas. Há ainda uma pretensão de completarmos as 400, isto é, partimos de 354 para as 400, e irradiarmos pelo Brasil afora.

No meu Estado, eram apenas 3 escolas até recentemente e, em 2010, Mato Grosso terá 10 escolas, além das extensões que podemos estar levando, de acordo com a vocação, de acordo com a necessidade, atendendo às diversas regiões do Estado, assim como as do Brasil.

Então, quero aqui me colocar à disposição, Deputada Alice Portugal, Deputado Betinho Rosado e Deputada Janete Capiberibe, que esteve aqui falando, pelo nosso trabalho, pela nossa experiência como professor, e ressaltar a importância de existirem essas unidades dentro dos seus Estados. Sem dúvida nenhuma, entendo ser esse o maior avanço que o Brasil teve na educação nos últimos 100 anos.

É muito importante que possamos continuar esses debates trazidos aqui para o Congresso Nacional para que possamos formular legislações, novas idéias e contribuirmos — enquanto passarmos por aqui — a fim de deixar um rastro realmente de desenvolvimento com a nossa participação e para que possamos deixar para a humanidade um caminho aberto para continuidade do desenvolvimento, da harmonia e do progresso.

Muito obrigado. Coloco nosso mandato à disposição do ensino profissionalizante. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - O Deputado Eliene Lima é um grande colaborador e defensor do ensino técnico e tecnológico profissionalizante no País.



Mas vi também o Deputado Fernando Ferro, nosso ilustre representante de Pernambuco. A palavra está franqueada a V.Exa., com certeza, contundente e breve como sempre.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO - Uma boa tarde a todos aqui presentes.

Registro nossa satisfação em estar aqui e parabenizo todos. Vejo aqui na mesa pessoas engajadas nessa luta.

Rapidamente, quero dizer do nosso compromisso com essa iniciativa e essa visão de construir a educação no País. Primeiro, é preciso que se interiorize a educação; que se leve para o país mais profundo todas essas oportunidades que a juventude requer e, depois, que a pesquisa e o de desenvolvimento esteja profundamente vinculados à realidade do nosso povo, da nossa população. Creio que essa política desenvolvida pelo Governo Federal, que permite, que altera e que dinamiza a implantação de uma rede de ensino tecnológico, nos autoriza a pensar que, no futuro, teremos outras oportunidades.

No mundo, cada vez mais, quando se exige o conhecimento como elemento da produção dos bens, da riqueza, do conhecimento e do poder, não temos como deixar de parabenizar e dizer para todos do nosso compromisso enquanto Parlamentar, na bancada do Partido dos Trabalhadores, com essa participação e com essa política.

Parabenizo todos que aqui vieram. Acompanhamos o processo orçamentário e sabemos da importância de estarmos atentos aos reclamos desse segmento para que possamos colaborar na formulação de políticas e na obtenção de recursos para a implantação dessa orientação de dinamização do nosso ensino tecnológico.

Ontem, em Pernambuco, participei de uma discussão com um grupo de agricultores sobre a tentativa — e aqui ouvi a fala da Deputada Janete Capiberibe — de discutirmos uma política agrícola de implantação de microdestilarias no setor canavieiro do nosso Estado.

Ali, Deputado Betinho Rosado, pudemos ver a crueldade que é a política da monocultura. Enquanto não tivermos, além da formação intelectual e do preparo técnico uma mudança da cultura e da cabeça das pessoas, é difícil conviver com certas práticas. Os trabalhadores, os camponeses — na verdade, os trabalhadores



assalariados rurais de Pernambuco — têm uma dificuldade imensa em discutir a implantação de uma microdestilaria porque foi secularmente dito a eles que usina era lugar de usineiro, que cana era coisa de usineiro. Agora, para mudar essa cultura e para que as pessoas comecem a participar de uma cadeia produtiva para produzir álcool, cachaça, rapadura, insumos, adubo etc., encontramos dificuldades porque as pessoas não sabem como se locomover.

É importante nossa aproximação com a formação técnica, extensão rural para mudar a cultura dessa população. Por isso queremos parabenizar todos aqui.

Daqui, tenho certeza, surgirão oportunidades como esta para alterar e favorecer nossa agricultura familiar, nossa produção agrícola e fazer com que o País, de fato, cresça nessa área, expanda, como é necessário e preciso, e para que, de fato, construa uma melhor qualidade de vida, com sustentabilidade e, acima de tudo, com o crescimento mais homogêneo de todas as regiões e intrarregiões que temos que promover neste País.

Parabéns a todos. É uma satisfação estar com os senhores, e estamos nessa luta conjuntamente. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Obrigada, Deputado Fernando Ferro, Parlamentar do Estado de Pernambuco.

As perguntas estão encerradas definitivamente.

Gostaria de citar a presença de mais algumas pessoas para que fique registrado nos *Anais da Câmara dos Deputados*.

Representantes do Instituto Federal da Bahia, Sr. Reitor Sebastião Edson Moura e o Pró-Reitor José Dionísio. Registro a presença do Instituto Federal do Rio Grande do Norte, que já foi feito. Também registro a presença, e com saudações ao evento, do Instituto Federal do Paraná, com seus diretores e Pró-Reitores presentes.

Faço um registro especial das Reitoras presentes. Peço um aplauso especial à Profa. Cláudia, do Instituto Federal do Rio Grande do Sul; à Profa. Consuelo, do Instituto Federal de Santa Catarina; à Profa. Glória, do Instituto Federal do Tocantins, e à Profa. Aurina do Instituto Federal da Bahia. Muito nos honra a presença das Magníficas Reitoras. *(Palmas.)*

Gostaria também de fazer o registro da presença do Instituto Federal do Ceará por seu Reitor, Cláudio Ricardo Gomes de Lima, o conjunto de Pró-Reitores,



diretores presentes e um destaque: a aluna Selma, do Projeto Mulheres Mil. (Palmas.)

Onde está a aluna? Está aí ainda ou deu uma saidinha?

Selma, meus parabéns, seja muito bem-vinda. Parabenizando-a o faço, em seu nome, em todos os alunos da rede dos Institutos Federais do Brasil. Muito obrigada.

Registro também a presença do Instituto Federal do Amazonas com representantes da Pró-Reitoria de Extensão e da Extensão dos *campi* do Distrito Industrial e Zona Leste.

Inclusive aproveito para parabenizar a Deputada Janete Capiberibe, reforçando a importância da criação do Centro de Formação Profissional Naval Fluvial na Amazônia. Com certeza, nós abraçaremos a iniciativa da Deputada Janete Capiberibe com apoio a todo o desenvolvimento necessário para essa nossa grande Amazônia.

Registro ainda a presença do Reitor Prof. Luiz Edmundo Vargas de Aguiar, do Instituto Federal do Rio de Janeiro.

Minhas senhoras, meu senhores, enfim, chegamos ao final dos registros. Alguém que ficou sem registro, por gentileza, depois nos dê por escrito para que a Taquigrafia o faça e a publicação se dará. Dentre outros, estão representantes do Pará e Maranhão, que sabemos das suas presenças.

Aqui, em acordo com nossos convidados, tomamos a decisão de que cada um vai selecionar duas ou, no máximo, três perguntas para serem respondidas. Como a grande maioria dos senhores e senhoras escreveram o e-mail nas perguntas, as demais respostas seguirão por meio eletrônico. Do contrário, invadiremos o turno da tarde, criando problemas para a próxima Mesa.

Há uma pergunta, no entanto, que é geral, que gostaria que os senhores... É do Prof. Wyllys Farkatt, Pró-Reitor de Extensão do Rio Grande do Norte, que diz o seguinte: "Agradecendo à Mesa, verifico que as apresentações revelam várias ações importantes, mas pouco articuladas entre os diversos setores. Faço uma sugestão e não uma pergunta. O FORPROEX — Fórum de Pró-Reitor em Extensão dos Institutos Federais — pode ser o elemento aglutinador de ações e articulador das



execuções de diferentes programas e projetos propostos pelos diferentes segmentos governamentais”.

Seria interessante que todos comentassem, porque o que me pareceu é que há uma verdadeira mina de boas intenções e de ações mas, de fato, há a necessidade de se aprofundar essa relação interministerial, que se faz mister.

Então, passo a palavra, primeiro, à nossa querida Fátima Rosa, Coordenadora de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho, que terá que sair em seguida, porque terá que pegar em um vôo.

Com a palavra a Sra. Fátima Rosa.

A SRA. FÁTIMA ROSA - Agradeço a deferência da Deputada Alice Portugal porque, realmente, eu estarei em Santa Catarina hoje e em Porto Alegre amanhã para um trabalho nessa área de qualificação. Realmente, eu pedi a palavra antes da Profa. Natália.

Rapidamente, até vou fazer diferente: vou passar o meu e-mail, porque aí, se vocês quiserem continuar sabendo um pouco mais daquilo que foi falado, ou qualquer pergunta, gostaria até de, antes disso, já me colocar à disposição.

O meu e-mail é: fatima.oliveira@mte.gov.br — MTE todos sabem que é o Ministério do Trabalho e Emprego.

Saúdo o Instituto Federal de Goiás. Afinal de contas, eu sou goiana, goianiense. (*Risos.*) Então, eu achei bom que viessem os 25 servidores de Uruaçu, Itumbiara, Inhumas, Jataí e Goiânia. Que bom!

A primeira questão que quero trabalhar, que é geral, é sobre a certificação; a certificação da qualificação, a certificação dos saberes acumulados. Esse é um trabalho que nós estamos, assim, há 2 anos, tentando fechar uma forma melhor de estarmos fazendo esse trabalho de certificação. Inclusive, estamos trabalhando junto com o INMETRO; estamos tentando fazer um trabalho junto com o MEC, e já colocamos as questões da certificação como consulta pública, com várias sugestões. Acredito que, até o final deste mês, tenhamos um documento a respeito da certificação na qualificação, principalmente em saberes acumulados.

Com relação ao caminho para a apresentação dos projetos especiais de qualificação, desenvolvimento de metodologia, pesquisa e material didático, todos os



caminhos são curtos, porque o Ministério é extremamente ágil; o que ele não tem é muito recurso.

Apenas quero dizer o seguinte: é claro que a relação no âmbito federal é uma forma de convênio melhor, mais rápido. Todos esses nossos trabalhos no Plano Nacional de Qualificação se fazem por uma sugestão da própria sociedade: ou vem pelos Governos, ou vem pela sociedade civil organizada ou pode vir pelas próprias instâncias federais. Então, nós temos os institutos, temos as universidades, que podem provocar o Ministério do Trabalho em termos de desenvolvimento de um projeto para a melhoria da metodologia e material didático. Esse caminho é fácil de fazermos.

Gostaria até, depois, de poder dizer um pouquinho mais sobre isso, embora eu não me possa estender aqui. Mas quero dizer que, por meio das Instituições Federais, nós temos condições de fazer um ótimo trabalho nessa área do desenvolvimento de metodologia.

Sobre o Projeto Escola de Fábrica, que foi para o Ministério, especificamente para o Programa Pró-Jovem Urbano, ele está um pouquinho devagar, realmente, porque ainda estamos nos estruturando para isso. Também se quiserem mais informações, por favor, podem perguntar-me pelo meu e-mail que eu passo essa questão.

Então, sobre a articulação, eu concordo plenamente com o nosso colega. Até é o objeto, é o grande desafio, realmente, fazer essa articulação das várias ações, dos vários programas. Sem ela, nós vamos ficar nessa colcha de retalhos, realmente, cada um puxando para um lado, e aí não conseguimos atender às expectativas e necessidades da nossa população. Concordo plenamente. Acredito que meus colegas vão poder desenvolver isso de uma maneira melhor.

Acho que, rapidamente, falei sobre as questões que me foram colocadas. Com relação a todas as outras ou alguma que não tenha ficado bem resolvida, peço para me mandarem um e-mail: fatima.oliveira@mte.gov.br.

Agradeço muito a oportunidade da participação e a riqueza das perguntas. Isso dá um alívio para nós porque quer dizer que a platéia estava atenta e com vontade de saber o que a gente ia falar. Na realidade, quando a gente traz algumas coisas para dizer para uma platéia tão importante e rica como esta, fica preocupada



sobre o que é que vai despertar em relação a questões e perguntas. Fiquei feliz de estar aqui.

Precisamos colocar esse painel num trabalho articulado, em um congresso nacional, numa forma que a gente possa reunir todos os atores tripartite — porque tudo eu a gente faz é tripartite —, reunindo os trabalhadores, os empregadores e o Governo, para que essa discussão a respeito da qualificação, da formação profissional, saia dentro da expectativa de todos.

Muito obrigada. Peço desculpas por estar saindo correndo agora. Está bem? Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Muito obrigada, Coordenadora de Qualificação Profissional do Ministério do Trabalho e Emprego, Profa. Fátima Rosa, que muito contribuiu conosco. Mas podem usar o *e-mail* da Fátima.

Gostaria de passar a palavra imediatamente à Dra. Natália Gedanken, Diretora do Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social, da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência e Tecnologia.

A SRA. NATÁLIA GEDANKEN - Gostaria também de agradecer as provocações. São provocações muito positivas. Realmente nos sentimos com o ego bem afagado e com mais ânimo para a batalha pela extensão.

Eu dizia à Deputada Alice Portugal que minha formação básica é em Pedagogia, e a minha linha de atuação e de pesquisa sempre foi o ensino de segundo grau. Por isso, hoje estou extremamente emocionada por participar desse movimento. Acho que é algo fundamental para o País.

Louvo todas as iniciativas que têm sido feitas em termos de ensino superior, formação de doutores, pós-doutores, mestres etc., mas louvo muito mais hoje essa iniciativa de revitalizar, de realmente colocar em evidência o ensino técnico profissionalizante, por meio dessa rede que se está estruturando e que espero que cresça cada vez mais.

Tenho uma pergunta bastante extensa sobre resgate dos saberes, sociedade, ribeirinhos, quilombolas etc. Em termos de ciência e tecnologia, temos uma linha de financiamento para essa área; temos a participação da Secretaria de Ciência e



Tecnologia para Inclusão Social — SECIS em comissões relacionadas a esse tema; e temos o edital que foi lançado este ano pela FINEP.

Em conjunto com esse edital de implantação de 300 centros de inclusão digital, existe uma linha, um objetivo relacionado a 100 projetos de desenvolvimento de tecnologias sociais em contextos produtivos de empreendimentos econômicos solidários em territórios urbanos e rurais.

O que é isso, traduzindo em miúdos? Na verdade, trata-se de um projeto que visa trabalhar em cima dos saberes locais. Isso não está restrito a uma região; é um edital nacional. Ele visa resgatar os saberes tradicionais, as inovações, as engenhocas que são produzidas pelo Brasil afora e das quais não temos conhecimento. Queremos resgatar isso, tratar essa questão e devolver à sociedade.

Esse projeto visa agilizar a transferência de inovações, que não são só feitas pela academia ou em laboratórios. Muitas delas, e brilhantes, são feitas exatamente nas comunidades locais, dada a grande demanda, a necessidade e o pouco tempo que se tem para resolver os problemas. E o povo brasileiro é extremamente criativo. É isso que queremos aprender com esse edital.

Espero ter respondido a questão.

A segunda questão, que achei bastante relevante, diz respeito à observação sobre a redução de vagas no setor produtivo com relação ao estágio curricular obrigatório para os cursos técnicos de nível médio, o que tem gerado certo desconforto entre as partes envolvidas, porque é um treinamento obrigatório.

Segundo a pessoa que indaga, o setor produtivo tem fechado suas portas. Que medidas o MCT poderia estabelecer para consolidar esse processo? É a primeira vez que nos deparamos com essa questão. Pediria o *e-mail* da pessoa, porque isso vai envolver uma decisão de Ministério. Não posso responder aqui que medidas poderíamos tomar neste momento. Não posso me comprometer. Teria de levar isso ao Secretário, para estudarmos uma forma, uma estratégia, talvez entrando em contato com as entidades que agregam o setor primário, o setor secundário, o setor de serviços e o Sistema S também. Veríamos que tipo de parceria poderíamos fazer, incluindo também o Ministério do Trabalho. Há, inclusive, uma legislação que privilegia o estágio. Talvez tenhamos de fazer cumprir a legislação. Enfim, há várias alternativas.



Peço o *e-mail* da pessoa que apresentou essa demanda, pois é uma coisa importante para nós. Se estamos querendo caminhar na direção da profissionalização, o estágio realmente é uma forma de a pessoa perceber a realidade em que está inserida. Não sei quem fez essa demanda, mas gostaria que nos passasse seu *e-mail* para que possamos lhe dar uma resposta.

Há também uma demanda do Dr. Marco Antônio. Não sei se ele ainda está presente. Ele indagou sobre o que os 3 Ministérios estão fazendo para superar os pontos cruciais — entendi que é na parte legal —, para que se possa operacionalizar os projetos. O Sr. Marco Antônio está presente? Gostaria que nos enviasse um *e-mail* explicando esses pontos cruciais, porque a legislação é enorme, é vasta. Então, se o senhor puder explicitar, será melhor para uma resposta mais direta e objetiva.

Finalmente, a última demanda que recebi é de um participante que diz que nós somos uma mina de boas ideias, realmente, mas boas ideias não bastam. Então, quero dizer que queremos reforçar a parceria aqui posta, entre Congresso, Ministérios, a rede e outros parceiros que se agreguem concretamente a esse trabalho. Para tal, os 3 Ministérios já redigiram o acordo de cooperação para que possamos consolidar esse núcleo inicial e seguir implantando esse trabalho.

Quero agradecer a oportunidade de participar desta reunião. Acredito ter dado alguma contribuição. Aguardo, então, via *e-mail*, outras perguntas de outros participantes que tenham algum interesse com relação ao que foi apresentado.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Agradeço à Natália a excelente contribuição. Por gentileza, peço que façam contato por *e-mail* para as perguntas que não puderam ser respondidas.

Passo a palavra ao Deputado Betinho Rosado, para responder as perguntas que lhe foram enviadas e fazer suas considerações finais.

O SR. DEPUTADO BETINHO ROSADO - Tenho uma pergunta de Paulo Ramos Rolim sobre a integração dos órgãos que fazem a capacitação. É um problema que ele levanta, pois está vendo que quase todo o mundo está indagando a respeito desse assunto. Precisa haver essa coordenação. O Ministério do Trabalho faz uma coisa, o da Educação faz outra, o da Ciência e Tecnologia faz outra, o da Agricultura faz outra, o do Desenvolvimento Agrário faz outra completamente



diferente. Só a cooperação entre o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação e o Ministério da Ciência e Tecnologia não vai resolver essa questão, que é absolutamente grande e complexa. Muitos recursos estão sendo gastos no Brasil sem a necessária otimização por falta dessa coordenação. Isso é absolutamente importante. E ele vai além e diz que os institutos mais longínquos têm experiência.

É perfeitamente possível que os institutos, as organizações que estejam nessas áreas de fronteira ou em lugares mais distantes apresentem projeto de um CVT, e o Ministério da Ciência e Tecnologia dará o dinheiro, embora não necessariamente. Às vezes, o instituto já tem sua infraestrutura e não necessita de recursos para novos investimentos, ou são necessários recursos para poucos investimentos. Mas o custeio pode ser pago dessa forma. E, naturalmente, aí é que se entende que, cada vez mais, precisa haver uma coordenação geral para que alguém habilite essas instituições e conheça o trabalho que está sendo feito.

A segunda questão que recebi é a respeito do êxodo rural e se o combate ao déficit educacional, via extensão, não estaria resolvendo o problema da concentração nas cidades.

Essa questão rural é meio complexa. Quando a atividade rural não dá certo, a pessoa migra para a cidade. E, quando a atividade rural dá certo, a pessoa também vai para a cidade, porque é lá que tem escola, hospitais e melhores condições de vida. Permanecem no campo somente as pessoas mais ligadas à área do trabalho. Isso acontece no mundo todo, nos países mais desenvolvidos. Mas substituíram essa falta de mão de obra através do uso intensivo de máquinas e de tecnologias mais avançadas.

A cultura da soja, hoje, emprega uma pessoa para cada 50 hectares cultivados, enquanto a irrigação das frutas de Pernambuco e da Bahia emprega 2 pessoas para cada hectare cultivado. Então, há regiões em que vamos ter de implantar culturas intensivas de mão de obra e, em outras regiões, vamos implantar culturas menos intensivas de mão de obra. Não acredito que essa questão educacional possa resolver o êxodo rural. Pode colaborar para a manutenção da produção. Isso é importante. Precisamos que essa produção seja mantida.

Quanto aos programas que estão sendo priorizados na área rural, o Governo responde melhor que eu. Mas, de certa forma, acompanho esse assunto. O Governo



Federal desativou o sistema de extensão, mas grande parte dos Estados o mantém, e alguns cresceram e se fortaleceram. O que precisamos fazer é investir no interior dos nossos Estados.

Sou do Nordeste. Se lá reclamamos da concentração de riquezas na Região Sudeste, dentro do Nordeste temos um outro Nordeste. As regiões litorâneas, as Capitais, como Maceió, Recife, Fortaleza, Natal e Aracaju, crescem a taxas superiores às do crescimento do Brasil. Em compensação, concentram a riqueza na região metropolitana. Oitenta e cinco por cento da riqueza do Ceará é movimentada na região metropolitana de Fortaleza; mais de 80%, quase 90%, da riqueza de Pernambuco está na região metropolitana do Recife; e o Rio Grande do Norte tem 76% da sua riqueza na região metropolitana de Natal.

Isso significa dizer que, de cada 10 pares de sapatos vendidos no Rio Grande do Norte, 8 são vendidos na Capital, 1 é vendido na cidade de Mossoró, e o outro par de sapatos é disputado por 165 municípios do Estado.

Essa concentração é absurda! Mas os Governos contribuem para que isso aconteça, criando facilidades para a instalação das indústrias nas regiões metropolitanas. Todo Governador tem a síndrome de ser Prefeito da Capital, e aí a confusão começa a se estabelecer. Precisamos de uma política que direcione a habitação, a instalação das indústrias e a capacitação dos profissionais no interior, e que as oportunidades de emprego e o desenvolvimento da riqueza aconteçam no interior, porque, assim, vamos amenizar grande parte dessas dificuldades que temos hoje e que está refletida aqui na pergunta de Ângela Monteiro.

Muito obrigado a todos pelas perguntas. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Obrigada, Deputado Betinho Rosado.

Passo a palavra, finalmente, ao Sr. Getúlio Marques Ferreira, representante do Secretário de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O SR. GETÚLIO MARQUES FERREIRA - Quero começar por tentar esclarecer uma pergunta feita aqui sobre manejo florestal sustentável.

Essa é uma preocupação do Governo Federal. A Secretaria Especial, com a participação do ex-Ministro Mangabeira Unger, tem feito diversas articulações com as diversas Secretarias do MEC. Hoje, está havendo, até às 18h, na Confederação



Nacional da Indústria, uma discussão sobre esse tema. Temos lá um companheiro da SETEC. Não vamos ter tempo de trabalhar todas as questões aqui. Mas nós podemos esclarecer para quem quiser passar *e-mail* para a SETEC no endereço getulioferreira@mec.gov.br. Passaremos as perguntas aos colegas responsáveis por essas ações. No caso específico, essa ação da Amazônia, hoje o Prof. Alécio deve estar na CNI discutindo com os diversos entes, como SENAI, SENAC, Ministério do Desenvolvimento, Ministério da Ciência e Tecnologia.

Por falar em todos esses Ministérios, temos algumas perguntas nessa mesma linha sobre a falta de articulação, que corrobora com a preocupação do Wyllys, que tenta pedir uma espécie de centralização.

Antes, permitam-me acrescentar, no que se refere à questão da Amazônia, que eu estava conversando com a Deputada Janete Capiberibe há pouco e disse que nós podíamos lançar um desafio aqui aos reitores dos institutos que estão na Amazônia. Temos um projeto de S.Exa. solicitando que as escolas tenham participação nesse tema e trabalhem com a navegação fluvial. Estou lançando aqui esse desafio. Se precisarem de apoio do Ministério, tracem os seus projetos — vocês do Amazonas, Pará, Amapá, Roraima, Acre — que o Ministério com certeza vai apoiá-los. (*Palmas.*)

Voltando para a questão da desarticulação, além do grande desafio que está nas mãos do Presidente do CONIF de, cada vez mais — entendo que este é um bom momento para isso — trazer os temas à Câmara dos Deputados, nós temos de trabalhar e mostrar que essa rede está disposta a contribuir para o desenvolvimento do País. Temos aqui também, para a nossa sorte, 3 ex-Presidentes do Conselho: o Prof. Edmundo, o Prof. Luís Caldas e o Prof. José Costa. E ainda tivemos o Prof. Sérgio, o Prof. Gimenez e o Prof. Jadir, que vinham lutando há muito tempo para que promovêssemos essa articulação. Quantas vezes tentamos, via conselho — que é um pouco da proposta do Wyllys —, articular os diversos Ministérios, para que essa rede possa ser o órgão articulador dessas ações. Estamos à disposição para que isso possa acontecer.

Temos aqui algumas perguntas sobre essa questão. Uma, por exemplo, indaga por que os 3 Ministérios não avançam numa discussão para acelerar a legislação vigente. É verdade, temos dificuldades quanto a isso. Apesar dos grandes



avanços, temos muitas ações interministeriais, mas, como disse o Deputado Betinho Rosado, às vezes, a ação interministerial é feita entre 3 ou 4 Ministérios que têm boa articulação, mas outros que também trabalham com aquelas mesmas ações ficam de fora. É um grande desafio. Não é muito fácil, mas a gente tenta. A equipe reduzida faz com que a gente também não consiga estabelecer isso. Mas a ideia de ter o conselho como centro dessas ações é importante. Talvez aqui, Paulo, o desafio seja fazer uma ação com os demais Ministérios, não só com esses 3 que estão aqui hoje, a partir da preocupação do Deputado Betinho Rosado.

Ainda em relação a essa última pergunta, é verdade que nós temos alguns entraves com a questão das fundações, mas temos algumas facilidades também, porque algumas fundações trabalham de modo específico. Às vezes, nós nos preocupamos tanto como gestores em acelerar processos que tentamos colocar dentro da fundação algo que não cabe a ela. Mas é verdade que nós temos dificuldades nos processos de uma forma geral. Podemos tentar discutir essa questão, promovendo discussões específicas com os Pró-Reitores de Extensão para buscarmos os melhores caminhos.

Nessa mesma linha, há uma sugestão no sentido de fazer uma pesquisa estrutural, juntando os 3 Ministérios, e ver quais ações conjuntas podem ser implementadas. Eu vou além. Entendo que não seriam só os 3, devíamos ter um conjunto de ações que envolva outros Ministérios. É possível, a partir disso, buscarmos uma solução com a rede.

Há algumas perguntas sobre a questão da certificação. Também não há tempo para comentar tudo sobre o programa. Mas a ideia é a de que esse Programa de Certificação possa atender às demandas da população por certificação profissional, seja para aqueles que têm escolaridade, seja para aqueles que não têm escolaridade. Que possamos elevar esse nível de escolaridade e depois fornecer uma certificação. Nessa certificação, reconheceríamos as atividades prévias. Nessa mesma linha da certificação, há um entendimento hoje... O Prof. Luiz está cuidando disso com toda a sua equipe, e aqui está o grupo presente nessa questão da certificação, por meio do Ministério da Educação. Mas já vimos que o Ministério do Trabalho falou sobre a certificação como outra demanda. Precisamos, o mais rápido possível, encontrar uma solução para a questão da certificação.



Venâncio Aires pergunta como certificar equipamentos. Estão no desenho geral do projeto tanto a certificação de pessoas quanto a transformação de nossos institutos, que já são certificadores e acreditadores, em unidades que possam fazer essa certificação.

O Instituto Federal Sul-rio-grandense vem com aquela dificuldade de sempre que passa um pouco pela questão da valorização.

Há também outra pergunta sobre os recursos que estão adicionados na direção de valorizar os profissionais que atuam nos institutos.

Nós temos tentado de toda forma valorizar esses profissionais com alguns programas e algumas ações na SETEC. Por exemplo, os programas de qualificação estão muito fortes. Hoje mesmo, quem entrar na página do MEC verá um edital de chamada para MINTER e para DINTER, a fim de fazer essas qualificações.

Em outro sentido, há outras perguntas sobre como fazer para que essas pessoas possam também trabalhar num nível de certificação e qualificação, considerando que o perfil dos nossos professores não era esse.

Entendo que isso é uma coisa mais simples, desde que atuemos como rede. A ideia da rede é a transformação de um conjunto de instituições numa rede social, de algumas experiências já existentes e fortes em alguns institutos. Os senhores mesmo vão ver aqui, hoje, as experiências de alguns institutos, como os do Rio de Janeiro e do Pará. Acho que são 5 experiências de ações que demandam essa parte de certificação. Alguns institutos já sabem fazer isso. E, nesse trabalho em rede, nós podemos colaborar para que todos os institutos entrem nessa mesma linha.

Há uma preocupação maior, principalmente do Instituto Federal Sul-rio-grandense, do Prof. Carlos, que entende que o instituto é do interesse do Presidente Lula, que o transformou na menina dos olhos do Governo. Mas ele gostaria de saber como atender à demanda, visto que tem de atender a cursos técnicos, cursos superiores, licenciaturas, missões dos institutos, cada vez mais com número reduzido de professores e de recursos. É a única parte com que eu não concordo. Concordo plenamente que está chegando uma demanda muito forte, mas, no tocante ao número de professores e de recursos, nós estamos num sentido inverso.



Se conseguirmos analisar todos os recursos que foram para essa rede, nesses últimos anos, no próximo ano e até 2011, no Orçamento que está previsto e no PPA, são mais de 2 bilhões de reais, só na área dos institutos federais.

Portanto, o problema não é falta de recursos. Precisamos talvez dar uma retomada nessa questão. Podemos até discutir o que está havendo, se existe alguma dificuldade no instituto de uma forma geral, e o número de professores. O que talvez não tenha chegado é o momento, porque, com a dificuldade que tivemos nessa crise, o momento em que nós deveríamos estar mandando os novos professores foi postergado em 6 meses. Mas a quantidade vagas de professores e de servidores administrativos criadas também para essa rede é quase 2 vezes maior do que nós tínhamos em 2002 — projeto votado inclusive pelo Congresso, ou seja, com a colaboração do Congresso Nacional. Foram criados cerca de 29 mil cargos novos, entre professores e administrativos. E há um compromisso do Presidente Lula e do Ministério do Planejamento de implementar isso tudo em 2010.

Tivemos essa postergação em razão das dificuldades pelas quais está passando não só o País, mas também todo o mundo, como os senhores vêm acompanhando.

Peço desculpas a todos pelo fato de não poder responder a todas as perguntas neste momento. Mas o nosso *e-mail* está aberto para que nós possamos conversar. Quem quiser conversar por telefone ou pessoalmente, nós estaremos à disposição para esse atendimento.

Agradeço a oportunidade e ressalto que, na condição de colega de vocês da Rede Federal, vamos estar aqui para defendê-la e fortalecê-la cada vez mais. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Alice Portugal) - Eu gostaria de agradecer ao Prof. Getúlio e estender esse agradecimento a todos os participantes desta Mesa e deste plenário.

Em nome da Comissão de Educação, posso afirmar que esta Comissão continuará sendo parceira da educação profissional, do ensino técnico e tecnológico e do desenvolvimento científico brasileiro.

Gostaria também de dizer que os diretores e, hoje, reitores dos institutos federais já sabem que contam com a Comissão de Educação para aquela tradicional



emenda. Poderíamos discutir este ano se não seria o caso de direcionar as emendas individuais para a extensão. Essa é uma discussão que peço que os senhores tenham, porque trabalharíamos com a devida antecipação.

Evidentemente, os recursos, como disse o Prof. Getúlio, têm crescido, mas, obviamente, eles precisarão crescer muito mais, para atender uma expansão dessa dimensão e que agora vem acrescida da grande tarefa de transformar essa expansão em extensão, para garantir que a sociedade tenha o reflexo da expansão. Isso se dará, necessariamente, em dimensões geométricas, através da extensão.

Por isso, essa discussão com as bancadas estaduais se faz preciosa. É muito importante que a Reitora do Rio Grande Sul monte aquele café da manhã com os Deputados Federais do Rio Grande Sul, para passar o cardápio de emendas, com vistas ao fortalecimento dessas iniciativas.

Essa é uma discussão que tem como pano de fundo — e várias perguntas refletiram isso — colocar a discussão orçamentária na Ordem do Dia. De que maneira poderemos interferir na disputa das fatias do Orçamento? Obviamente, a infraestrutura vem com sede para o Orçamento. A reforma das estradas e a garantia da recriação das ferrovias do País, todo esse grande empenho de infraestrutura no PAC, virão refletidos no Orçamento deste ano com muita força, porque a crise nos impôs essa agenda. E, claro, têm muita força aqueles que participam desse setor. Os que tratam de matérias mais finas, do ponto de vista da educação, da ciência e da tecnologia, da cultura — que tem uma larga agenda, este ano, na Casa —, o reflexo orçamentário dessas questões, quando se faz uma comparação, é realmente menor. Basta olhar quais são os menores orçamentos da Esplanada: Esporte, Ciência e Tecnologia, Cultura e Meio Ambiente.

Então, é muito importante que essa discussão com as bancadas dos Estados tenha resultado. É óbvio que hoje não se conseguiu adquirir todas as repostas, mas obtivemos aqui contatos valiosos nas diversas áreas, do ponto de vista interministerial, e colocamos em prática a interação com ambiência político-institucional, que nos possibilitará catapultar a expectativa de obtenção de recursos para extensão nos institutos federais e para integração das diversas iniciativas que há na esfera pública para garantia de certificação e de melhor capacitação profissional para a nossa gente.



Continuamos à disposição para votar, mas, acima de tudo, para aprofundar as discussões sobre as expectativas e as necessidades do setor.

Antes de encerrar a reunião, aviso que há na pasta a indicação de 3 restaurantes no interior da Casa, para que vocês não se demorem, porque a reunião da tarde se iniciará às 14h30.

Muito obrigada. Foi um prazer estar na companhia dos senhores. (*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.